

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE

-----No dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte, pelas 20.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Cineteatro de Porto de Mós, sito em Praça Arménio Marques, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. Reconhecimento do Mérito Escolar 2019/2020;-----
- 2. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;-----
- 3. Outros assuntos de interesse para o Concelho.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento) -----
- 2. Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2021; (apreciação, discussão e votação) -----
- 3. Redução da Taxa de Imposto Municipal de Imóveis em função do Agregado Familiar (IMI Familiar); (apreciação, discussão e votação) -----
- 4. Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS); (apreciação, discussão e votação) -----
- 5. Fixação da Taxa de Derrama a cobrar no ano de 2021; (apreciação, discussão e votação) -----
- 6. Fixação da TMDP – Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem, para o ano de 2021; (apreciação, discussão e votação) -----
- 7. Autorização Previa no âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro; (para conhecimento) -----
- 8. Eleição de um representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal do Desporto, nos termos da alínea g), do nº 1 do artigo 5º do respetivo Regulamento; (apreciação, discussão e votação) -----
- 9. Eleição de um Presidente de Junta para representar as Juntas de Freguesia do Concelho, no Conselho Municipal do Desporto, nos termos da alínea h), do nº 1 do artigo 5º do respetivo Regulamento; (apreciação, discussão e votação) -----
- 10. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
(apreciação) -----

-----Estavam presentes na Mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), Antonio Manuel Sousa Pires (PSD), Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), José Gabriel Pires Vala (PSD), Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), Rita Isabel Santos Miguel (PS), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM), João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD), Patricia Isabel Zeferino Madeira (AJSIM), Maria Goreti Fino Domingues (PSD) e Felix Correia dos Reis (PSD)-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal/Mendiga; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria e Tiago Manuel da Costa Rei (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, Marco Paulo Barbosa Lopes e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----Faltaram à sessão, Antonio Pereira Carvalho (PS), Júlio João Carreira Vieira (PSD) e Liliana Carvalho Pereira (PS) tendo as suas faltas sido consideradas justificadas pela mesa nos termos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regimentais, Júlio João Carreira Vieira (PSD), foi substituído por Félix Correia dos Reis, por ser o seguinte na lista de candidatos.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, começando por cumprimentar todos os presentes, fazendo votos de que todos se encontrem de boa saúde, no quadro geral de pandemia em que se vive por estes dias. Assim, disse que se iria dar início à sessão ordinária do mês de setembro, desejando a todos um bom trabalho, esperando que a sessão decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Terminou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018, pedindo a todos que se cumpram as regras do uso da palavra e os tempos atribuídos a cada interveniente. -----

-----Disse ainda que, normalmente e conforme está consignado no Regimento, esta sessão inicia-se com o período de intervenção do público. No entanto, hoje, e a pedido do senhor Presidente da Câmara, irá proceder-se ao reconhecimento do mérito escolar referente ao ano letivo 2019/2020. Disse ainda que, este reconhecimento é habitualmente feito em ambiente de festa e num evento definido pela Câmara Municipal, no entanto atendendo ao estado de pandemia que hoje se vive, foi entendido que o mesmo seria feito nesta Assembleia Municipal, o que constitui uma honra para este órgão.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo que este reconhecimento do mérito é habitual fazer-se durante o Festival Viver. Este ano, e tendo em conta a situação pandémica que se vive, não só o Festival Viver foi cancelado, mas também esta cerimónia de Reconhecimento do Mérito Escolar. Apesar disso, não se quis deixar de relevar o mérito escolar dos alunos do concelho, porque o reconhecimento do mérito é algo de nobre e faz parte das atribuições daqueles que têm a obrigação e a missão de estar à frente dos destinos do município, não podendo deixar passar esse momento em branco. Continuou dizendo que hoje irá chamar aqui a melhor aluna do concelho de Porto de Mós, que não podendo estar presente se faz representar pelos seus pais, mas sendo na sua pessoa que quer elogiar todos os restantes alunos que se destacaram durante o ano letivo 2019/2020. Disse ainda que quer dizer o que já disse na receção aos professores e também aos alunos, que, relativamente a este ano letivo, se fica com a sensação de que ele não terminou, tantas que foram as atividades e iniciativas que ficaram por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer, reconhecendo no entanto, a importância que teve para o país e para a contenção pandemia o facto de, naquele momento, deixar de haver aulas presenciais. Referiu também a importância de agora se voltar às escolas, com uma situação diferente e com regras diferentes, sendo certo que os alunos precisam da escola e sendo necessário que todos deem as mãos para que estes possam fazer cumprir os projetos pedagógicos a que se propõem e que se possa ter uma escola ativa apesar das condicionantes que a pandemia impõe. Afirmou ainda a disponibilidade da Câmara Municipal que continua, em articulação com o Agrupamento de Escolas, a querer fazer parte das soluções, entendendo que se todos estiverem focados na solução, os problemas são substancialmente menores. Assim, disse que queria felicitar, antes de mais, todos os alunos que se destacaram por mérito, passando a fazer menção aos seus nomes, a saber:-----

-----Mérito Escolar **Ensino Básico do 1º Ciclo – 4º ano** - Classificação Final **MUITO BOM**:-----

-----EB1 do Alqueidão da Serra: Miguel Semeão Roque -----

-----EB1 do Arrimal: Rafaela Conceição Batista -----

-----EB1 da Calvaria: Afonso João Gonçalves; Matilde Matias Gomes da Silva; Simão Brito Cardoso -----

-----EB1 dos Casais Garridos: Tomás Manuel Ferreira Ascenso -----

-----EB1 da Cumeira: Carolina Barros Ascenso; David José de Sintra Matos -----

-----EB1 da Fonte do Oleiro: Inês Ferreira Carreira -----

-----EB1 do Juncal: Isabel Susano Sousa Henriques; Leonor Isabel Virgílio Gardette Correia; Martinho José Rosa Ferreira; Santiago Henriques Pereira; Simão Carreira Pereira; Alice Belo Vitorino; Carolina Escudeiro Almeida; Rodrigo Cardoso Tomás; Victória Santos Esperança. -----

-----EB1 n.º 1 Mira de Aire: Duarte de Salgueiro e Silva; Inês Jorge Fernandes; Laura Maria de Lourenço Silva; Violeta Carreira de Matos.-----

-----EB1 n.º 2 Mira de Aire: Dinis Sousa Frazão. -----

-----EB1 das Pedreiras: Alex Pires Simões; Carolina Semião Macedo; Rafael Esperança Catarino.-

-----EB1 de Porto de Mós: Artur Carrasqueiro Pragosa; Daniel Domingos Pragosa; Duarte Sousa Jorge; Mafalda Caetano Valente; Matilde Joana Alves Santos; Roana Margarida Da Silva Morais; Mariana Filipe dos Santos; Ricardo Gabriel Ferreira Santos.-----

-----EB1 de São Jorge: Laura Carreira da Silva.-----

-----EB1 de Serro Ventoso: Lucas Marques Venâncio. -----

-----Instituto Educativo do Juncal: Leonardo Santos Monteiro.-----

-----Mérito Escolar **Ensino Básico do 2º Ciclo – 6º ano** - Classificação Final **5**: -----

-----EB2 Dr. Manuel de Oliveira Perpétua: Martim Lopes de Matos; Sofia Custódio Lage.-----

-----Escola Secundária de Mira de Aire: Ana Maria Khomenko; Alice Vieira da Graça Pereira; Inês Antunes Neto; Joana Viegas Jorge.-----

-----Instituto Educativo do Juncal: Carolina Marques de Sousa.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mérito Escolar **Ensino Básico do 3º Ciclo – 9º ano** - Classificação Final **5**:-----

-----Escola Secundária de Porto de Mós: Beatriz Silva da Conceição; Diogo Luís Saragoça Cinturão; Laura Carreira Ferreira; Constança Pires Vala e Oliveira Marques; Francisco Correia Ferreira.-----

-----Escola Secundária de Mira de Aire: Leonor Jorge Lopes.-----

-----Instituto Educativo do Juncal: Sara Pereira Dias.-----

-----Mérito Escolar **Ensino Secundário/Profissional – 12º ano** - Classificação Final **Média Mais Alta**:-----

-----Escola Secundária de Porto de Mós: Adriana Rosário Silvestre – 16.43; Filipa Pinheiro Alberto – 16.43.-----

-----Instituto Educativo do Juncal: Cláudia Caetano da Silva – 17.6.-----

-----Mérito Escolar **Ensino Secundário – 12º ano** Classificação Final **Média Mais Alta- Melhor aluno do Concelho**:-----

-----Escola Secundária de Porto de Mós: Joana Vala Pires Franco – 18.8.-----

-----Finalmente, chamou ao palco os pais da melhor aluna do concelho, Joana Vala Pires Franco, para receber o prémio que se traduz no valor correspondente às propinas, no ensino superior público, durante o seu primeiro ano letivo. Para receber o troféu, um troféu elaborado e concebido pelo FabLab, chamou os pais da aluna.-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu os parabéns aos pais e à aluna, desejando-lhe os maiores sucessos estudantis e pessoais.-----

-----Terminada que foi esta cerimónia, teve lugar o período de intervenção do público.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**:-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. Inscreveram-se para intervir Antonio Tremeceiro, José Luís Monteiro e Telmo Conceição.-----

-----Antes de dar a palavra a qualquer um dos inscritos, a senhora Presidente da Assembleia disse que o senhor Telmo Conceição enviou uma proposta para a Assembleia, que a mesa teve o cuidado de analisar e que foi encaminhada para o senhor Presidente da Câmara.-----

-----**Telmo Conceição, Porto de Mós**:-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse, dirigindo-se à senhora Presidente da Assembleia que, conforme esta referiu, teve o cuidado de elaborar uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposta, mas antes de dar conhecimento dessa proposta, quer relembrar o seguinte: quando solicita a palavra nesta Assembleia, fá-lo convicto de que está a ter uma ação de cidadania e nada mais. Não é artilheiro de ninguém, e muito menos, porta-voz de alguém, sendo a sua sensibilidade que o leva a tomar esta atitude. A sua proposta, tendo em conta o tema atual e com o objetivo de dar continuidade ao trabalho dos antepassados, vai no sentido de se considerar o ano de 2021, o Ano da Água. A prospeção, a gerência, a administração e o acesso a este bem fundamental a todo o ser vivo, deve merecer uma atenção muito especial de todos, pelo que acha oportuno que esta proposta seja considerada. Ao ser considerado o ano de 2021, o Ano da Água, faz com que todos estejam disponíveis para encetar medidas, ações, divulgação, de procura, de opções e de escolhas das melhores formas, para que este bem nunca escasseie. Das medidas ou das ações proclamadas, ressalva duas: a primeira, pela prioridade que todos os fogos e habitantes deste concelho em 2021, tenham acesso à rede de água potável. Disse ainda que fez um estudo, congratulando-se com o trabalho do atual executivo, que em 2019 fez a ampliação da rede de água, numa extensão de cinco mil metros, tendo custado ao município cerca de duzentos mil euros, incluindo o asfaltamento das ruas. Em 2020, está adjudicada mais uma extensão de cinco mil metros, pelo valor de cento e sessenta e oito mil novecentos e quarenta euros e quinze cêntimos. Mas fica a faltar uma extensão de cinco mil metros que a preço atual, corresponde a duzentos mil euros, sensivelmente. Ora, um município que tem um orçamento de 20 milhões, não é por falta de recursos que não conclui a rede de água potável, mas sim, porque tem outras opções. Quando se fala de uma rede de miradouros estando previsto um determinado investimento para a sua concretização, o que é que pensarão aquelas pessoas que não têm acesso à rede de águas, sobre a administração do concelho. Outra questão, disse, é o rio Lena, que neste momento está transformado em linha de água. O que se pretende é que se estude um projeto de engenharia, auspicioso, no sentido de que a água retida venha a servir para reforçar a rede, para fortalecer o lençol freático, para regar os campos das suas margens. Com este projeto cria-se uma trilogia importante para o concelho, composta por serra, bacia do rio Lena e grutas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder a Telmo Conceição, dizendo que a senhora Presidente da Assembleia fez o favor de lhe fazer chegar a sua proposta, que há de ser analisada em reunião de Câmara, no entanto queria dizer o seguinte: todos os anos se inicia o ano letivo com um projeto pedagógico, que é habitualmente transversal a toda a comunidade. Este ano, o projeto pedagógico do concelho de Porto de Mós que vai ser trabalhado nas escolas, bem como noutras instituições como as IPSS's, será a Saúde Pública, não podendo haver tema mais atual e que se irá estender até setembro do próximo ano. O projeto educativo do ano anterior, foi a Sustentabilidade Ambiental. Foi este o tema porque havia, do ano de 2018/2019, algumas iniciativas que não estavam concluídas. O projeto educativo de 2018/2019, foi a Água, e esteve presente de uma forma sistemática, na vida da comunidade de Porto de Mós. Neste âmbito, foi desenvolvida

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma ação de capacitação para a comunidade, em conjunto com as Águas do Centro Litoral, um projeto de rios. A partir daí foi iniciado um processo que é também comum, por exemplo, à Câmara de Leiria, para desenvolver um estudo que permita ter um espelho de água na zona urbana da vila de Porto de Mós, e que está a ser desenvolvido por um catedrático da Universidade do Porto. Foram feitas ainda, as comemorações do dia da água, um projeto de sustentabilidade da poupança da água, tendo sido feito um apelo à generalidade da comunidade não só para a poupança da água mas também para se usar com mais frequência a água da torneira. Disse ainda quem em 2019 a água foi tema das Festas de S. Pedro, bem como foi tema do carnaval e do festival Viver. Apesar disso, disse não querer deixar de felicitar Telmo Conceição pela elaboração da sua proposta e pelo pensamento que tem sobre esta matéria. Sobre a questão da água de S. Bento, disse que se está a fazer aquilo com que o executivo se comprometeu. Foi decidido desde o primeiro momento que se iria levar a água a casa das pessoas e é o que se está a fazer, em três fases.-----

-----**Antonio Tremoceiro:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que a razão de ser, da sua presença nesta Assembleia, era falar sobre o Campo Militar de S. Jorge. Passou a dizer que foi mais ou menos surpreendido, depois de algumas reuniões com o executivo, nomeadamente com o senhor Presidente da Câmara, com o facto de ir a reunião de Câmara de 3 de setembro, a aprovação da execução do Plano de Pormenor e as respetivas medidas preventivas, das quais tem algumas dúvidas de, se são preventivas, ou se são restritivas. Neste momento, o que está em vigor, tem a ver com o monumento e a ZEP S. Jorge, que a norte se inicia no limite do concelho, junto aos materiais de construção do senhor Alfredo Monteiro e vem até ao Pingo Doce, entre ribeiras da Calvaria e ribeiras do Tojal. Está a falar-se de cerca de 200 hectares. Referiu ainda uma dúvida, porque se fala de 166 hectares e tem a indicação de que o anterior executivo, quando fez a publicação, eram 183 com mais 20 hectares, pelo facto de haver uma zona de 50 metros além do limite da Zona Especial de Proteção, e portanto são cerca de 200 hectares que estão em causa e são cerca de 1300 pessoas que vivem nesta área, são cerca de 400 habitações, são cerca de 700 proprietários, além de todos os postos de trabalho e além de tudo o mais que está envolvido, relativamente a esta área. A sua presença e a presença da Associação de Moradores, há 20 anos, neste processo, tem a ver com a defesa que se faz dos moradores e dos proprietários, não os movendo nada contra o monumento, achando que se deve defender o monumento, mas também articular e defender a vida das pessoas e as suas atividades dentro desta zona de proteção. Neste momento, foi aprovado o plano de pormenor, com os chamados termos de referência, que se vai dispensar de referir aqui. Relativamente às medidas preventivas, é algo que não entendem. Disse que neste momento existe em S. Jorge, por efeito da classificação, uma dificuldade, que é estarem vinculados, em qualquer situação de construção, de alteração do que quer que seja, à Cultura,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quer à Direção Regional da Cultura quer à Direção Geral do Património Cultural, no que diz respeito ao Monumento e à ZEP. As medidas preventivas, vêm dizer exatamente a mesma coisa, passando a referir as medidas de tipo 1 que são para o Monumento, que dizem os seguinte: estão sujeitas a parecer vinculativo da Direção Geral do Património (dentro do monumento que são cerca de 90 hectares) todas as obras de edificação legalmente existentes, com características construtivas e de materiais desde que não constituam dissonâncias assinaláveis. Depois existem outras que se referem a obras de conservação em espaços públicos ou privados que não impliquem revolvimento de solos e remoção de terreno. Isto, nós já temos por inerência da ZEP e do monumento, perguntando qual é o âmbito e para que servem estas medidas que se dizem preventivas. Outra pergunta que colocou: o que é que se passa em relação às obras novas, umas vez que aqui só se fala em conservação? Vão ser ou não permitidas obras novas nesta área? Aqui está a falar de medidas do tipo 1, dentro do Monumento Nacional, que são 90 hectares. Quanto às medidas do tipo 2, ou seja, dentro da Zona Especial de Proteção, e que elencam aqui obras de reconstrução, obras de conservação de edificações, obras de remodelação e reabilitação, obras de ampliação legalmente existentes, desde que não resultem num aumento de 10% da área existente e obras de conservação de espaços exteriores públicos e privados que não impliquem o revolvimento de terra. Aqui, volta a perguntar o seguinte: se se está aqui dependente do parecer vinculativo da Direção Regional de Cultura do Centro. Quer no monumento, quer na ZEP vão estar dependentes, tal como estão agora, de parecer vinculativo quer da Direção Regional de Cultura, ou do Património, perguntando, neste âmbito, para que servem as medidas preventivas, senão para evitar que as pessoas façam o que quer que seja, para prejudicar as pessoas no desenvolvimento das suas atividades. Outra coisa que disse querer perguntar, relativamente a esta questão, é por que razão, em vez de se estarem aqui a fazer medidas preventivas, que na prática são medidas restritivas, e numa reunião havida em S. Jorge, com o senhor Presidente da Câmara e com a Direção Regional da Cultura foi dito, que se não se avançasse para o Plano de Pormenor, haveria medidas restritivas. Perguntou, se nada pode ser feito sem o parecer da Cultura, qual a diferença entre as medidas preventivas e as medidas restritivas que queriam impor. Outra questão tem a ver com o seguinte: no ponto 3 e 4 fala-se do revolvimento de terras e das fundações. Nada pode ser feito em termos de revolvimento de terras e movimentação de solos, sem que haja um acompanhamento arqueológico. O acompanhamento arqueológico, pode ser de três tipos. Pode ser uma estação arqueológica, pode ser uma forma de trabalhos prévios, ou pode ser um acompanhamento. O que pergunta é, de que forma é que se vai interpretar isso, qual é a profundidade, quais são os locais. O que é uma estação arqueológica e em que local, o que é o acompanhamento e em que local, o que é que é um trabalho prévio e em que local. E como é que é possível, havendo o vínculo ao Património, fazer o que quer que seja, quer em termos de construção, quer em termos de remodelação, quer seja mexer em terras, com estas medidas preventivas. A sua resposta e a sua interpretação é nada. O objetivo é fazer nada. Estas medidas vão estar em vigor dois anos com a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possibilidade de serem renovadas por mais um. Nós não acreditamos que o Plano de Pormenor seja feito em menos de cinco anos e isto é dito pelos próprios técnicos da Câmara. Agora pergunto, o que é que vamos fazer durante os próximos três anos, garantidamente, e o que é que vamos fazer durante os próximos cinco anos, em termos de previsão. Disse ainda que não consegue entender qual é a razão destas medidas preventivas, nem por que razão é que não se mantem o PDM e porque é que não se mantem aquilo que existe, porque nada se pode fazer nem ser aprovado sem que a Cultura diga algo nesse sentido. Continuou dizendo que queria chamar a atenção dos senhores Presidentes de Junta, tendo referido que já falaram com alguns deles e que iriam tentar sensibilizá-los, sabendo que é difícil a interpretação da questão de S. Jorge, para quem não está lá, no sentido de que estas medidas não sejam aprovadas em Assembleia Municipal, pois não são medidas preventivas, mas sim medidas restritivas. O que deixa em termos de apelo, é que se inteirem da situação e que votem de uma forma consciente. Para terminar disse que queria ressaltar a situação relacionada com a ação judicial instaurada pela Associação de Moradores. A ação judicial, disse, foi-lhes desfavorável em 1ª instância. Os seus advogados disseram-lhes que valia a pena recorrer, o que fizeram, e neste momento, a zona especial de proteção não está consolidada. A sua pergunta é porque é que se está a fazer um Plano de Pormenor, com uma Zona Especial de Proteção que não está consolidada, caso haja uma decisão favorável à Associação, como é que se vai justificar o dinheiro e a ação relativamente à ZEP que está a ser estudada e classificada.-----

-----José Luís Monteiro:-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que veio a esta Assembleia Municipal para colocar algumas questões sobre a problemática da classificação do Campo Militar de S. Jorge. Disse que é natural de S. Jorge que ali nasceu e cresceu, e que 63 anos volvidos, olhando para trás, é com tristeza que vê que ali não evoluiu nada, acrescentando a degradação que se tem verificado nos últimos anos. Disse ainda que não iria repetir aquilo que foi dito por Antonio Tremoceiro, mas queria apenas manifestar o seu desagrado pela proposta das medidas preventivas. Estas medidas são muito burocráticas provocando ainda um maior abandono das pessoas pelas suas casas, não podendo fazer quaisquer melhoramentos, sem estarem sujeitos ao parecer vinculativo da Cultura. Por outro lado, esse abandono e esse desligar-se das coisas, vai desvalorizar ainda mais o património do lugar de S. Jorge, lesando ainda mais as expectativas das pessoas. Chamou ainda a atenção para o artigo 3º, nº 1, b), que diz "obras de conservação em espaços exteriores, públicos ou privados (e isto é importante) que não impliquem revolvimento de solos ou remoção de terrenos, nem constituam dissonâncias assinaláveis, e as obras de manutenção de infraestruturas existentes". Disse que acha que a própria Câmara está a meter-se em algo, podendo ela própria ficar vinculada, ficando sujeita às medidas preventivas. A Câmara está sempre a tempo, se houver abusos, de criar estas medidas, não vendo porque é que há de aceitar já isto. Terminou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizendo que este Plano de Pormenor vai ser aprovado, certamente, já noutra mandato, e parte das pessoas que agora fazem parte dos órgãos municipais já não estarão nestes cargos, não podendo vir a defender ou não, o documento em causa.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes, dizendo que este é um tema que não está hoje na agenda de trabalhos da Assembleia Municipal e que estas medidas preventivas decorrem daquilo que foi possível em termos de medidas preventivas. Continuando disse que, o que estava em cima da mesa era um conjunto de interdições durante o tempo de evolução do Plano de Pormenor. As medidas só duram enquanto durar o Plano de Pormenor. Disse que ninguém dos serviços da Câmara pode ter dito que são cinco anos. O tempo máximo que está previsto, são dois anos e neste momento a empresa para iniciar o processo já foi contratada, porque se querem iniciar os trabalhos e contactar com as pessoas para se perceber quais os reais interesses da população de S. Jorge, fazendo sessões públicas para se perceber do que é que estamos a falar. Continuou dizendo que o Dr. Antonio Tremoceiro disse, e muito bem, que as medidas preventivas não são mais do que aquilo que hoje acontece. De facto, a Câmara Municipal não pode fazer nada, e o senhor José Luís Monteiro referiu essa questão, pois se se quiser substituir uma conduta, tem de se pedir autorização à Direção Regional de Património Cultural, e isso tem de ser feito por obrigação do PDM, pois a classificação do Campo Militar criou um ónus no PDM que exige parecer vinculativo da Direção Geral do Património Cultural. Cada processo que entre na Câmara, é rececionado e analisado administrativamente, e remetido para as entidades, neste caso para a Direção Regional de Património Cultural para emissão de parecer. Só depois é que os técnicos da Câmara o analisam. Neste momento, havia uma situação de não se poder fazer nada, nem mudar um telhado, passando a ter uma situação idêntica àquela que o PDM tem. Foi perguntado o que vai acontecer nos próximos dois ou três anos por Antonio Tremoceiro, tendo respondido o senhor José Luís Monteiro. O que acontece é que S. Jorge está abandonado, ninguém consegue fazer nada e parece uma aldeia fantasma. Infelizmente. Precisa-se urgentemente de um instrumento de gestão territorial para aquele sítio, porque se não existir, está a ir-se ao encontro daqueles que querem deitar tudo abaixo. Disse que não se conforma com isso e quer que S. Jorge tenha um instrumento de planeamento em condições, para que as pessoas possam viver em comum, com a importância que o Campo Militar tem. O primeiro interesse da Câmara Municipal de Porto de Mós, neste caso, é defender a população. Antonio Tremoceiro disse ter ficado surpreendido por este processo ter ido a uma reunião de Câmara, o que é um facto, mas não é a Câmara que o decide. As medidas preventivas foram para a CCDRC para parecer vinculativo, vem à Câmara para aprovação e vai ser discutido em Assembleia Municipal. Os senhores deputados municipais terão oportunidade de dizer o que pretendem, acerca deste documento. Continuou dizendo que não sabia da ação judicial e também está preocupado com as 1300 pessoas e com as 400 casas que estão a cair, e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está preocupado com aqueles que querem ir para lá. Disse ainda que há na Câmara dois processos, um de fevereiro de 2019, há mais de ano e meio, que já teve dois pareceres desfavoráveis da Direção Regional de Património Cultural e o último, porque foi feito tudo, o que em termos de arquitetura foi pedido, diz assim: *"na sequência do atrás exposto, parece-nos estar uma vez mais perante uma proposta, que partindo dum pedido de construção de uma habitação num território marcado pela ausência de um plano de pormenor ..."* e depois dá parecer desfavorável. Neste contexto, disse que se deve estar alinhado, no sentido de se fazer um bom plano de pormenor, que defenda o interesse da população. As medidas preventivas, vão durar dois anos, sim, mas que são dois anos igual ao PDM. Se fosse como estava inicialmente proposto pela Direção Regional de Património Cultural, não se poderia fazer nada. Nem sequer se poderia mudar uma conduta. Nem sequer com autorização. Não se podia. O que a Câmara fez, foi envidar todos os esforços para que, pelo menos, se continuassem a cumprir as restrições que existem no PDM. Para que não se perdesse isso. Continuou dizendo que pretende que a Associação de Moradores tenha um papel ativo neste processo, inclusivamente na discussão pública. Mas o que tem que ser pensado é se se quer ou não. Porque o não querer, é continuar, por mais vinte anos na situação em que se tem estado. E S. Jorge, a continuar assim por mais vinte anos, vai exatamente ao encontro daqueles que pretendem limpar aquilo tudo. E essa é uma situação que ninguém quer. Esclareceu ainda que as medidas preventivas existem por ação da elaboração do Plano de Pormenor. Servem para todos, enfatizou, e não só para a população, pedindo que se registre isso.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**2. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a pôr à aprovação do plenário, **a ata nº 2 da sessão ordinária** realizada em 26.06.2020, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----**Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM):**-----

-----Pedi a palavra para dizer que na página 635 está como interveniente sendo que foi Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteira que interveio, pedindo a correção.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia disse que a mesa registou o reparo e que se iria proceder à devida correção do nome do interveniente.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais reparos à mesma, foi a ata colocada a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

-----3. Outros assuntos de interesse para o Concelho: -----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou a usar da palavra dizendo que antes de passar a palavra aos deputados que se quisessem inscrever para intervirem, queria fazer referencia a este tempo que continua incerto e que tem a ver com a pandemia que está a grassar no mundo inteiro. A pandemia veio para ficar e hoje, disse, estamos piores do que estávamos na última Assembleia Municipal, no entanto, temos de encarar esta pandemia de forma ponderada e com serenidade. As doenças não se combatem com medo mas sim com prevenção e por medidas pensadas por uma comunidade científica, bem informada e sem conflitos de interesses, respeitando sempre a ética e que ajudem as comunidades locais a viverem a sua vida, com este vírus. No nosso concelho, temos já um impacto bastante grande no que se refere à saúde, à saúde mental com alguns internamentos, nas doenças crónicas e degenerativas, entre outras variáveis como por exemplo, o apoio aos nossos idosos. Deste modo, gostava que o senhor Presidente da Câmara dissesse como é que está a ser pensada esta segunda vaga da pandemia, e dizer-lhe que esta Assembleia Municipal está disponível para o que achar por bem, na defesa do bem-estar das nossas populações. -----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que o executivo não está menos preocupado do que antes, continuando a acompanhar o desenvolver da pandemia, sendo certo que existem agora mais casos. E esse é o outro lado da preocupação. Neste momento, disse, que no mês de setembro já há mais casos do que nos seis meses anteriores, e isto é motivo de preocupação. Felizmente ainda não houve casos nos lares. Tem havido um trabalho de sensibilização. Durante este período temos trabalhado diretamente com as IPSS's. No âmbito do Gabinete Económico e Social da Região de Leiria foi feito um trabalho de formação, no local, para os colaboradores dos lares e das IPSS's. Esta formação revelou-se extremamente importante, de tal forma que o Instituto Politécnico anunciou que a mesma seria replicada. Não vai haver possibilidade de voltar a entrar em confinamento. Ainda ontem o senhor Secretário de Estado referiu que, mesmo nas escolas, um surto numa turma não pode pressupor o encerramento da escola. Os autarcas têm aqui a responsabilidade de manter alguma serenidade, sem prejuízo de se continuarem as ações de prevenção, que nunca se deixaram de fazer. Neste momento foi iniciado um procedimento para a aquisição de testes rápidos, para se poderem fornecer no âmbito de um eventual protocolo. Já falou com o ACES e com a DGS porque apesar de se tratarem de testes rápidos, têm de ser manuseados por um profissional de saúde, tentando assim ser parte da resolução do problema. Sobre o início do ano escolar, disse que foram instalados tapetes desinfetantes em todos os edifícios da pré-escola e 1º ciclo, continuando a fazer a higienização e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desinfecção dos espaços públicos. Terminou dizendo que há que ter cuidado, porque a grande parte dos casos positivos que existem no concelho decorrem de ajuntamentos familiares em que alguma das pessoas está positiva. Apela então a que se evitem contatos, que a população se resguarde e que use a máscara, para que todo o trabalho que tem vindo a ser feito, não caia por terra e para que se possa evitar o mais possível, este drama na comunidade.-----

-----**Jorge Paulo Costa Carvalho (Presidente da Junta da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga – PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes usou da palavra para referir a falta de médicos na sua freguesia. Disse ainda que melhorou um bocadinho, mas pouco, e gostava de saber do senhor Presidente da Câmara se tem alguma novidade referente a este assunto, uma vez que sabe que esteve com o senhor Secretário de Estado, ontem.-----

-----**Margarida Maria Carvalheiro Louro dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – AJSIM):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente começou por dizer que o que a leva a intervir nesta Assembleia é agradecer as obras de remodelação do Jardim de Infância de S. Jorge, que ficou muito mais funcional e aprazível para as crianças. Referiu depois que, em tempo de pandemia, compreende que o executivo da Câmara esteja preocupado com o drama que a todos assola, mas ainda assim não queria deixar de falar de algumas de obras, algumas prometidas pelo senhor Presidente, e mais concretamente da rotunda na Calvaria, no lugar conhecido por cruzamento do Poço do Povo. Face aos acidentes ocorridos naquele local, acha que a rotunda ali faria todo o sentido, considerando-a uma obra prioritária. Perguntou ainda quando será disponibilizado alcatrão para repavimentação de várias ruas da freguesia. Outra questão sobre a qual tinha intenção de pedir esclarecimentos era sobre o Campo Militar de S. Jorge, mas já está esclarecida.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que como todos sabem, houve um fogo na freguesia de Serro Ventoso, e disse querer agradecer desde já, a todas as entidades, começando pela Câmara Municipal, Bombeiros, GNR, Sapadores e todos os que estiveram envolvidos no combate ao incêndio, em nome da Freguesia de Serro Ventoso.-----

-----Disse que também queria agradecer à Câmara as obras do polo educativo da freguesia de Serro Ventoso, sendo uma mais-valia para os miúdos da freguesia e sendo também um incentivo para que os pais não tirem as crianças das escolas das suas freguesias. Referiu-se depois à rotunda das Pedreiras dando os parabéns ao senhor Presidente da Câmara e comentando que a cereja no topo do bolo seria a pedra ser do concelho de Porto de Mós e dizendo que não percebe porque é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o arquiteto coloca ali pedra de outro lado. Por fim, perguntou se poderia saber quanto é que o município gastou em chamadas para a seleção dos muros de pedra seca na final das 7 Maravilhas.-

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal. Disse trazer dois assuntos a esta Assembleia, que são os mesmos que trouxe da última vez que aqui esteve e um deles é a preocupação com os cuidados de saúde em Alqueidão da Serra. E mais preocupante é o facto de as entidades de saúde não responderem. Teve alguns contatos com essas entidades, mas continua a não ter resposta efetiva. O Alqueidão da Serra neste momento tem médico, mas está muito atrasado nos seus trabalhos, segundo palavras do mesmo, devido ao Covid e à sua colocação tardia. Mas existe uma trabalhadora que está afeta ao posto médico de Alqueidão da Serra que não exerce a sua atividade no local para onde está destacada. No caso concreto trata-se de uma senhora enfermeira, que trabalha onde a mandam trabalhar. Mas parece-lhe que algo continua a não estar bem até porque o ficheiro configura a necessidade de um enfermeiro a tempo inteiro. Perguntou então à Câmara Municipal o que é que era possível fazer para que a trabalhadora em causa passasse a ocupar o seu posto de trabalho. Disse depois que disponibilizou às entidades de saúde um espaço adequado a estes tempos de pandemia, e que é a própria sede da Junta de Freguesia que pensa ter as condições necessárias. Tendo falado com o diretor da USP de Porto de Mós, este disse-lhe que visitaria o espaço, o que não fez até este momento. Por esse facto pensa que a situação inicial da não abertura do posto médico por não haver as condições ideais não era tanto assim ou então a preocupação em relação aos tempos que correm também não é muita. Referiu-se depois ao canil municipal dizendo que já na anterior sessão aqui perguntou como estava a situação, reiterando a pergunta, porque na sua freguesia existem imensos cães abandonados. Para terminar, agradeceu pelo conforto, acompanhamento e disponibilidade que sentiu por parte do executivo da Câmara e pelos seus congéneres Presidentes de Junta na situação do aumento de casos de infeção por Covid, que sentiu nos últimos tempos na sua freguesia.-----

-----**Tiago Manuel da Costa Rei (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes deu os parabéns à Câmara pelo cenário que estava montado no palco e que tinha estado presente na final das 7 Maravilhas da Cultura Popular, o muro de pedra seca, acreditando que toda a divulgação que foi feita trará benefícios para o concelho. Sobre o incêndio, agradeceu a todas as entidades, com particular realce para a Câmara Municipal, que estiveram presentes no seu combate, bem como aos populares que acorreram em auxílio dos bombeiros. Questionou depois se está previsto, e quando, S. Bento voltará a ter médico de família.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, a senhora Presidente da Assembleia disse querer agradecer à Divisão da Cultura da Câmara Municipal a decoração que está patente no palco.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder dizendo que há uma resposta que é comum às freguesias de Arrimal/Mendiga, Alqueidão da Serra e S, Bento, e que é a questão dos médicos. De facto ontem teve uma conferência para apresentar a estratégia do Gabinete Económico e Social e a questão dos médicos esta em fase de concurso, conforme sabem os senhores Presidentes de Junta e não se consegue ultimar esta questão do concurso. De qualquer modo, há outra questão de nos deve preocupar e o Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão fez aqui uma abordagem a esta situação. Disse depois que tem que falar aqui de uma situação que o toca familiarmente. "A minha filha é médica no Hospital de Leiria e fica sistematicamente preocupada com a quantidade de crianças que vão com poucos sintomas para a sala de espera do hospital de Leiria. E estas crianças vão, e eu coloquei esta questão ao senhor Secretário de Estado, nitidamente empurradas pelos Centros de Saúde, que não fazem o seu trabalho em termos de cuidados primários, e vão à procura da exposição, numa sala maior é certo, no Hospital de Leiria, mas com dezenas de outras crianças e do outro lado, de adultos, que me parece pouco digno e sobretudo pouco seguro do ponto de vista da saúde pública. Nós não conseguimos alterar, e perdoem-me a expressão, a falta de vontade dos profissionais. Não conseguimos, que nos cuidados primários não estão a fazer o que deviam. A senhora Vereadora pediu à USCP Novos Horizontes e à USF de Porto de Mós o ponto de situação sobre os atendimentos dos médicos aos ficheiros em termos de saúde pública. Na USCP dizem referente a todos os médicos, "atendimento presencial de acordo com a situação clínica". E a senhora coordenadora da USF diz: "retomadas as consultas presenciais a 50% segundo indicação da DGS." A questão que se coloca é quem é que tem razão. O facto é que não se pode culpar o topo da hierarquia que despachou bem. Diz assim o Ministério da Saúde no âmbito do Plano de Saúde Outono/Inverno 2020/2021: Resposta aos cuidados de Saúde Primários: presencial, embora com pré agendamento, toda a atividade assistencial programada, triagem assistencial, reorganização de horários, dos atendimentos e do espaço." O município e as freguesias, como já se percebeu, estão disponíveis para adaptar o que for necessário, mas atendam os municípios, porque os nossos municípios, devagarinho, estão a ir para o hospital à procura da morte. Existe um problema complicado para resolver no concelho de Porto de Mós, mas que é transversal a toda a região de Leiria, que é a falta de médicos e este é um problema que só poderá resolver-se com a boa vontade dos profissionais de saúde.-----

-----No que se refere às obras que foram realizadas na Calvaria de Cima disse tratar-se de um compromisso eleitoral. Sobre a rotunda disse que há um problema de falta de espaço, pelo que se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem de encontrar uma solução adquirindo terrenos, sendo certo que aparentemente não existe grande disponibilidade por parte dos proprietários. Sobre a questão do alcatrão, disse que se tem estado a articular esses trabalhos com as freguesias e que na próxima reunião com os Presidentes de Junta, a senhora Presidente trouxesse exatamente quais as ruas para se poder trabalhar essa questão. Acerca do incendio, disse que foi um problema complicado, tendo todos de dar as mãos. Foi um trabalho árduo coordenado pelo Comandante dos Bombeiros de Porto de Mós. Foi muito difícil de combater, tendo em conta os acessos, e a própria orologia do terreno. Sobre a questão dos muros de pedra, disse que não tem aqui valores sobre todo o investimento que o município fez, em torno da campanha. Foi disponibilizado determinado valor, que foi o compromisso possível do município. Os muros de pedra seca foram um motor de promoção do concelho de uma forma muito distinta, com muita dignidade. Quer em Torres Novas, quer na Batalha, mas sobretudo em Bragança, com a presença do muro, as atenções estiveram viradas para Porto de Mós porque atrás desta divulgação dos muros de pedra, vem tudo o resto. Neste momento já existe um princípio de acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional para poder trabalhar a formação de como fazer os muros de pedra, bem como esta arte de saber fazer os muros de pedra seca será candidatada a Património Mundial da Humanidade. Há aqui uma ligação forte daquilo que é este património, ao território, mas também uma ligação muito forte ao país, que vão ser potenciados pela candidatura a Património da Humanidade. Neste âmbito, disse que Portugal vai entrar numa candidatura que já está em curso, liderada pela Grécia, mas quem a coordena é as Terras de Sicó. São os municípios de Sicó, que fazem parte também do Maciço, que convidaram Porto de Mós para integrar esta candidatura, e a ADSAICA está também na candidatura. Sobre a questão do canil, disse que o mesmo foi vistoriado, tendo tido a homologação da Direção Geral de Veterinária, e já recebeu os canídeos e os gatos que havia, estando-se já num processo de recolha. Neste momento, faltam é recursos humanos havendo uma enfermeira veterinária estagiária e o veterinário municipal. No início de outubro irão ser feitos estes levantamentos dos cães vadios e tentar recuperá-los. Vamos entrar num processo de ligação à comunidade para se tentarem encontrar famílias de adoção. Existe ainda uma candidatura em curso para esterilização dos animais.-----

-----**Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra referiu-se a um incidente que aconteceu na sua freguesia e que foi um incendio num poste de média tensão não sabendo como é que foi detetado, porque assim que falta a luz, fica-se sem cobertura de rede. Coloca este assunto aqui porque sabe que o senhor Presidente falou com o responsável das comunicações e poderá pôr-lhe esse problema a ele, pois nesse dia estiverem 3 horas sem eletricidade e também sem comunicações. Já que o senhor Presidente teve essa reunião, pedia atenção acerca dos protocolos, esperando que fossem em espaço e não em densidade populacional, porque se for em densidade populacional, se calhar vai ser coberto o que já está, pedindo que não se esqueçam dos espaços serranos porque também

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

precisam de comunicações. Terminou dizendo que acha que o senhor Presidente ficou um pouco aborrecido com o que saiu na comunicação social o que é compreensível, pois as pessoas falam mal quando não se lhes fazem as vontades.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes disse, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, que foi alertado para o facto de chover dentro da escola do Juncal. Em segundo lugar, falou-se aqui dos incêndios e na última sessão falou aqui sobre a situação dos incêndios. Por acaso foi na serra, porque se fosse na freguesia do Juncal, acontecia o que aconteceu na serra, ardia tudo. Disse que chamou a atenção para o mau estado dos acessos ao Engº Nuno da Proteção Civil, tendo-se deslocado com ele a alguns sítios, e portanto ele está conhecedor de que há acessos de Picamilho para o Juncal e Casais Garridos, que estão intransitáveis. Outra situação que referiu, foi sobre o hotel de Porto de Mós, bandeira do senhor Presidente logo que tomou posse. Continuou dizendo que cedeu um piso para cima, um piso para baixo e até terreno publico o senhor Presidente cedeu, e até hoje o hotel continua na mesma, pedindo esclarecimentos sobre as situações que expôs. -----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----Usando da palavra, depois de cumprimentar todos os presentes, disse que se queria congratular pelo trabalho árduo e pelo passo gigante que foi dado para promover o concelho de Porto de Mós, com os muros de pedra seca. Muros que unem. Já se falou nisso, mas é sempre bom elogiar-se o bom trabalho que se faz. Parabéns à Câmara. Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Câmara disse que queria perguntar se é verdade ou não, que pensam candidatar a calçada à portuguesa à UNESCO, para Património da Humanidade. O terceiro ponto que queria abordar tem a ver com os médicos, fazendo menção a atendimentos pelo telefone, consultas à janela...então mas não era suposto os médicos de família serem próximos? Perguntou o que é que a Câmara pensa fazer sobre este distanciamento dos médicos. Quanto às escolas, dirigindo-se à senhora vereadora, disse que o inverno está à porta e certamente que os espaços exteriores vão ser muito reduzidos, perguntando como vão ser os intervalos para as crianças. Sobre o canil e gatil, disse que já respondeu.-----

-----**Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM):** prescindiu da palavra.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra, depois de cumprimentar todos os presentes, disse que tinha algumas considerações a fazer. Começou por dizer que se está a fazer o saneamento na aldeia de Vale Florido perguntando se não será possível, à semelhança do que foi feito no passado com a água,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer-se o mesmo com o saneamento, utilizando uma infraestrutura da freguesia da Abrã. A questão dos médicos já foi abordada, continuando S. Bento com médico só da parte da manhã. Outra questão que já foi abordada foi a dos incêndios. Foi necessário fazer a reposição da água com veículos autotanques, na questão dos tanques de Covão da Fonte, perguntando se não fará sentido fazer o abastecimento utilizando a rede pública já existente no local. Perguntou depois a que se deveu o atraso do material de higienização nas escolas, pois houve escolas que o receberam já muito depois do início do ano letivo. E para terminar, disse que queria deixar a nota de que o Dr. Antonio José Teixeira, tem já uma tese de doutoramento sobre etnogeologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e que pensa que pode ser um bom instrumento e uma mais-valia para a candidatura dos muros de pedra seca e outras particularidades do terreno como as casinas e as cisternas em pedra e todo esse levantamento já foi feito para a tese de doutoramento, pensando que será interessante e uma grande mais valia para o concelho.-----

-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD):**-----

-----Cumprimentou a senhora Presidente da Assembleia Municipal e em seu nome todos os presentes. Começou por dizer que na ultima sessão apresentou aqui uma moção que foi aprovada por unanimidade, e que foi enviada às entidades a que nos comprometemos enviar. Pelo que percebeu, não foram recebidas respostas acerca da moção, dizendo querer questionar a senhora Presidente nesse sentido. Depois de tudo o já aqui foi dito e de auscultar a população vê-se que tudo continua na mesma e o pior é que esta necessidade é cada vez mais premente, estando cada vez mais presente no dia-a-dia da comunidade. Disse ainda que se está a assistir a uma situação cada vez mais complicada. O concelho de Porto de Mós está a ser afetado de uma forma que ainda não tenha visto, tendo havido hoje mais uma série de casos positivos. No entanto, tudo o resto se mantém. Não nos podemos focar apenas nesta situação de pandemia, por muito que nos preocupe, havendo situações de doenças oncológicas, doenças degenerativas, doenças crónicas que necessitam de ser controladas e a população necessita de cuidados de saúde e de vigilância. Isso não está a acontecer no nosso concelho e convém questionar é porque é que não está a acontecer. O senhor Presidente da Câmara já aqui enumerou algumas situações e pôs em causa também os profissionais de saúde, mas o que é importante perceber é se estão reunidas as condições de segurança para que os cuidados de saúde também sejam prestados. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra percebeu que provavelmente podia ser uma das justificações para que isso não aconteça e encontrou uma solução. Porque é que esta solução não é válida? Nós sabemos que nos nossos Centros de Saúde, precisamos de ter áreas definidas de entrada e de saída, não pode haver cruzamentos de pessoas, não pode haver acumulação de pessoas nas salas de espera. Cuidados à janela, não é isso que se pretende. Neste contexto, a moção faz ainda mais sentido e a bancada do PSD reitera a moção e pede que se faça alguma pressão na obtenção de resposta. Perguntou depois ao senhor Presidente da Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como é que está a situação da unidade móvel de saúde, perguntando se a USP a vê como uma mais-valia, se poderá ser utilizada nas zonas mais serranas neste momento de pandemia.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes começou por dizer que queria utilizar o seu tempo para uma declaração que lhe parece pertinente nesta altura. *“Os tempos da política autárquica são ligeiramente diferentes dos tempos dos momentos eleitorais. Como se sabe o próximo ano será, e como adiante eu constatarei, aberta e desenfreada com certeza campanha eleitoral do executivo. Como tal, e volvidos que estão, 3 anos de governação por este executivo, parece-nos hora de fazer um pequeno balanço. Este executivo apresentou-se ao eleitorado com o seguinte mote: colocar o concelho no mapa. Acrescentava na mensagem central do seu programa: nos programas eleitorais não bastam palavras vagas devemos saber em nome de quê deveremos votar. O desenvolvimento não é apenas crescer, é crescer bem para além da gestão quotidiana. Vejamos então o que sucedeu três anos volvidos. A parangona eleitoral do PSD “colocar o concelho no mapa” não só passou de um chavão estafado como ainda mais do que nunca o concelho se esvaiu em vários mapas. O mapa do crescimento e do investimento, são hoje uma miragem. Nunca como nestes três anos se investiu tão pouco no concelho. As despesas de capital, ou seja, o investimento, em 2017, ascendiam a seis milhões duzentos e noventa e seis mil euros, em 2019 a quatro milhões quinhentos e trinta e um mil seiscientos e cinquenta, ou seja, este executivo, desinvestiu em cerca de três anos, 30% no concelho. Se dúvidas existissem, e para que seja mais perceptível para todos e cada um dos portomosenses, basta ver que em 2017, o investimento per capita no concelho era de 230 euros por habitante, para ser em 2019 de 153 euros por habitante. Mas antecipando desde já os argumentos, também estafados que V. Ex^{as} utilizam quanto a estes números, de que em 2017, foi ano eleitoral e que por esse facto o executivo de então apostou em obras de campanha, vamos então a 2016. Investimento por habitante, 218 euros, ou seja, este executivo investiu menos 34% em 2019, comparativamente a 2017 e menos 31% comparativamente a 2016, e não temos os números de 2020, que suspeito que sejam piores. Como tal, os senhores ao contrário do que muito alardeavam, não só não fizeram crescer bem, pois fizeram o concelho regredir em termos de investimento e algo que não cresce, não pode crescer bem, como ainda se limitaram a assegurar a tal gestão quotidiana de que tanto falavam, e de má forma. E dizemos mal porque neste aspeto aumentaram em muito, com essa gestão quotidiana corrente, os gastos, e à custa de quê? Da despesa de investimento. Mas a este propósito, vejamos ainda o seguinte. O senhor Presidente da Câmara e com certeza o seu executivo concorda, disse, tanto na última Assembleia, bem como em várias intervenções na comunicação social e regional que o mito das contas caiu, tanto assim, palavras do senhor Presidente, temos catorze milhões de euros para obras para colocar ao serviço dos portomosenses, no próximo ano. Então pergunta-se, mas porque razão não se fizeram estas obras. Porque não se colocaram os ditos catorze milhões de euros ao serviço*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos portomosenses, nos três quartos de mandato, já decorridos? O senhor Presidente explica: foi o clima, não foi favorável, não permitiu executar obras, houve concursos que ficaram desertos. É, as chuvas e as famosas monções de Porto de Mós, estragaram tudo. E o calor desértico, também não ajudou quando veio. Ou será, não quero crer, que em 2021, é ano de eleições autárquicas? Ou será que a campanha eleitoral irá começar nos curtos e frios dias de janeiro de 2021? A velha e cansada estratégia, volta em força, mas desconfio mesmo assim senhor Presidente que não conseguirá este executivo, concretizar sequer 50% desse investimento. Que agora, que já se sabe que o tempo em 2021 vai estar excelente afirma ir de o colocar ao serviço dos portomosenses nos próximos anos. Mas mais mapas houve em que o concelho desapareceu. Já aqui se falou. No programa de V. Ex^{as} afirmava-se perentoriamente em destaque, como principais pontos, a garantir várias medidas para diversas freguesias na área da saúde. Arrimal e Mendiga, garantir médico na freguesia, S. Bento garantir médico e posto médico e posto de farmácia na freguesia, a que acrescia o famoso posto de saúde móvel. Não só V. Ex^{as} não garantiram os dois primeiros pontos, como deixou de haver médico noutras freguesias, como por exemplo Alqueidão da Serra e Serro Ventoso, como ainda o posto móvel, que se tem vindo a tornar uma espécie de sagrada família em Barcelona. Existe, ou no caso do posto móvel parece que existe, mas não se sabe se está pronto ou se alguma vez estará. E assim lá se foi o concelho do mapa dos cuidados de saúde. E que dizer do mapa das acessibilidades. Está muito melhor. A ligação a Mira de Aire, aos principais eixos viários, nomeadamente à autoestrada A1, dá gosto. São milhares de veículos que usufruem dessa ligação. E os mirenses, população e empresas, nunca viram tanto bulício e riqueza na sua amada vila. Está lá senhor Presidente, está aqui no seu programa. Isto para não falar nos acessos à Zona Industrial de Porto de Mós, futura ALE e no embelezamento e dignificação da rotunda da saída do IC9, por exemplo, para o mesmo local. Dá gosto de facto para quem chega a Porto de Mós. E mais uma vez, lá se foi desvanecendo do concelho o mapa das acessibilidades. Bom, mas nas águas e saneamento, estamos com certeza no mapa. Dizia-se no programa, a cobertura plena do abastecimento de água é para a nossa equipa um desígnio, diz-se no programa. Talvez o autor dos textos do vosso programa se tenha excedido no termo. É que desígnio significa aquilo que se pretende fazer ou conseguir como primeira e quase única opção, isto porque avançou este executivo neste desígnio uns espantosos 3, 4 ou 5%. E no saneamento? Herdaram a 1ª fase do saneamento de Mira de Aire, obra já devidamente orçamentada e financiada. Mal fosse que não fosse concluída. As ligações efetivas à rede, como estão? Os habitantes de Mira de Aire, parece que nos últimos dias têm recebido cartas para o pagamento da ligação. O problema é que na maioria dos casos, as caixas de ligação ou não existem, ou como acontece na Rua General Humberto Delgado e na continuação da Estrada Nacional 243, à General Trindade, as mesmas estão enterradas por baixo de camadas e camadas de alcatrão. E as ligações ao saneamento na vila de Porto de Mós? O senhor Presidente disse repetidamente nesta Assembleia e na comunicação social, que quem tinha condutas de esgoto a passar à porta de casa iria ter que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ligar, fosse a bem ou a mal, pois não só se levantavam as naturais questões ambientais e de saúde pública, como ainda um investimento desta ordem de grandeza, não pode estar subutilizado. O que foi feito em três anos? Pouco ou nada. O saneamento da Moitalina, Cumeira e Albergaria. Aprovámos aqui um empréstimo. Empréstimo esse que o senhor só pode aprovar por causa do tal mito das Contas. Em que ponto está? Mas de muitos outros mapas o concelho desapareceu. Políticas de juventude e fixação de gentes. Propostas do PSD eram: Centro de Apoio Empresarial, Gabinete Multidisciplinar de Apoio às Associações, Instituições e Iniciativas Locais, Centro de Estudos na Escola Manuel Oliveira Perpétua nas áreas da pedra e do barro, Instituição do Ensino Profissional com perspectivas de evolução para Ensino Superior, defesa da escola em meio rural em articulação e com realização de protocolos com Instituições de Ensino Superior, criação do Instituto do Emprego Jovem, dar força e expressão ao Conselho Municipal da Juventude. Concretizadas destas, zero. Nem uma. Na inovação e dinamização empresarial, tal está o mapa. As propostas eram: Concretização da Incubamós, com sede virtual em S. Bento, programa de gestão integrada dos três parques empresariais, criação da comunidade Portomosenses no Mundo. Concretizadas, zero. Destas, aliás, não deixa de ser curioso que a sede virtual da Incubamós fosse prometida para uma freguesia que padece de cobertura tanto de rede móvel como de fibra ótica e cuja solução foi um protocolo com a Altice, que não contem, tanto quanto se conhece, ou podemos conhecer, cadernos de encargos para a referida empresa, e que em declarações públicas e publicadas do senhor Presidente, foram no sentido de que a Altice quase está a fazer um favor ao concelho por aceitar este protocolo vago. Diremos mesmo que é uma posição de força e de assertividade pírrica e adotada por este executivo. No património, também desaparecemos no mapa. À parte algumas operações de cosmética, de qualidade no mínimo duvidosa, de que é bom exemplo o Miradouro da Corredoura, nada se fez. Requalificação dos mercados de Porto de Mós e Mira de Aire, estava no vosso programa. Se uma nova pintura é por vós entendida como requalificação então a promessa foi cumprida. A famosíssima Casa dos Calados no Juncal, assunto que já rivaliza com o hotel. O próprio hotel. A implementação da ARU em Mira de Aire e no Juncal. A criação de edifício ancora com as cinco componentes que era a investigação, intervenção, museologia, certificação da produção locais. A rede de aldeias do cársico. Foi tudo colocado para trás. No turismo, com certeza estaremos no mapa. As vindas da TVI e da RTP ao concelho, ou melhor, muito em particular e quase em exclusivo à vila de Porto de Mós, já puderam mostrar bem ao mundo as vossas iniciativas que estavam no programa. A Bienal de Artes, O Festival dos Ventos, Programa Itinerância, Centro Nacional training, Turismo e BTT, Passadiços da ou na Fornea. Bom, não puderam mostrar nada disso, mas já temos um plano estratégico para o turismo feito em parceria com o IPL, é sempre bom acrescentar estas chancelas, para que estes planos tenham uma aparência de alta ponderação científica. Com quatro pilares, que nunca nos lembráramos nesta Assembleia, bendita colaboração. São eles, o Turismo de Natureza, Cultural, Gastronómico e Industrial. Ou seja, três anos depois, é isto que o executivo tem para apresentar em matéria de turismo e cultura. Volvidos três

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anos e a um ano de terminar este mandato, este executivo terá cumprido com uma apreciação bastante generosa da nossa parte, 3 ou 4% do programa que apresentou aos portomosenses e que por estes foi sufragado. E isto sem impedimentos ou constrangimentos funcionais, pois que tratou de formar maioria de conveniência no executivo, aí respondendo igualmente e pessoalmente, quem se associou a título pessoal ao executivo PSD eleito. Os portomosenses, sabem pois hoje, que aquela frase homérica do vosso programa que tem no início, que não bastam palavras vagas, devemos saber em nome de quê devemos votar, não passa de prosa política sem conteúdo e sem concretização. A um ano de eleições e com o atual executivo, o concelho saiu do mapa do desenvolvimento continuado e sustentado, caiu isso sim, no mapa do marketing político que apenas serve quem quer estar ou meter-se no poder, ficando assim o concelho, e por consequência inevitável, os portomosenses mais pobres, um concelho com menos mapas que lhes possam mostrar um futuro mais auspicioso. Disse."-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal. Disse que em primeiro lugar queria aqui deixar uma palavra de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na divulgação dos muros de pedra seca, dizendo que ficou curioso com os gastos despendidos pelo município, mas que certamente serão anunciados. De qualquer das formas, disse, parabéns pelo vosso trabalho. Em segundo lugar, disse ainda que queria também agradecer a todos os intervenientes nos incêndios de Serro Ventoso, S. Bento e Mendiga, acrescentando que só não pode concordar com o senhor Presidente quando este diz que é assunto encerrado, e que nada mais há a fazer. Muitas coisas poderiam ter sido feitas antes de estes ocorrerem. Existe um plano municipal chamado de terceira geração que não sai do papel e que já poderia estar em curso e ser aprovado, há faixas de proteção que é necessário debater com o ICNF para avançar e se constituírem linhas de proteção que não estão feitas, há caminhos rurais, na zona do Juncal, já referidos, que são necessários, e na altura o Partido Socialista fez um forte investimento na abertura de novos caminhos, que deviam ser conservados e alargados, ou seja, uma panóplia de situações em que deveria ser discutido, antes dos próprios mil e quinhentos hectares, terem lamentavelmente ardido. Independentemente das causas, muita coisa poderia ter sido feita antes, para evitar tamanha devastação no planalto serrano. A Telmo Conceição deixou uma palavra pela sua intervenção, dizendo serem importantes esses contributos em temas tão essenciais como a água. O Partido Socialista, também em relação à água e ao clima tem vindo a apresentar algumas propostas. Curiosamente uma das últimas até foi relativamente às eco escolas, não tendo havido qualquer tipo de desenvolvimento, e seria bom haver junto dos mais novos uma elucidação mais premente. De seguida, disse querer deixar uma nota, reiterando as palavras da senhora Presidente da Assembleia, que acha ser extensível a toda a gente e demonstrar a disponibilidade de colaboração nestes tempos difíceis que se avizinham, tal como sempre o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fizeram, aprovando todas as medidas apresentadas pelo executivo. Disse ainda que ficou sem saber se o plano protocolar já está divulgado a nível das escolas, caso seja necessária alguma intervenção célere. Continuou dizendo o próprio plano da Câmara, completo, também não sabe quando é que estará divulgado, mas o mais importante é deixar abertura da sua parte para prestar colaboração com o executivo em tudo o que este necessitar, podendo contar com o seu apoio nesta fase complicada. Excecionou algumas situações, dizendo não poder deixar de lamentar a iniciativa que foi feita na pandemia, trazendo um trio elétrico para dentro da vila de Porto de Mós e promovendo assim o ajuntamento de pessoas, muitas delas, lamentavelmente, sem utilizar os meios de proteção individual, como as máscaras, e não percebendo qual a mais-valia que isso gerou para o concelho. Posto isto, disse que gostaria de estar aqui hoje, passados estes três anos de mandato deste executivo, e até porque já estão na reta final, tendo apenas mais um ano de mandato, e muita coisa foi dita pelo anterior interveniente, pelo que vai tentar abreviar algumas questões daquelas que foram colocadas ao senhor Presidente e daquilo que nunca saiu do papel. Há pouco tempo, saiu um estudo publicado no jornal Portomosense, publicando alguns dados que são bem ilustrativos da dinâmica do concelho, e aqueles resultados que este executivo tanto apregoa. Comparando 2010 com 2018, temos um exemplo fácil: foram concluídos 39 edifícios de habitação em 2010, em 2018 passou-se para metade. O investimento na cultura e desporto, fator extremamente importante na dinamização local, e descentralizado pelas próprias freguesias, em 2010 era 12,9%, 2018, 10,7%, ou seja, menos duzentos e setenta e sete mil euros. Na conjuntura nacional, em termos de habitantes, perderam-se mil pessoas nos últimos anos, 2,8% dos jovens também decaiu. Este decréscimo de investimento de 30%, que já foi falado aqui, de 2017 para 2019 é bem elucidativo da falta de capacidade de execução do próprio investimento por parte deste executivo. Estes dados não são um cenário cor-de-rosa que gostaria de estar aqui a apresentar, é mais um cenário cor de laranja, mas muito acinzentado. Hoje o tal mito que se quer fazer passar, de que o concelho está com uma grande dinâmica, atreve-se a dizer, porque o PSD sempre gostou de comparações com o concelho vizinho, veja-se nos últimos três anos, o desenvolvimento de um concelho e o do outro. Continuou dizendo que estávamos muito à frente no que diz respeito ao desenvolvimento económico há três anos, com uma forte capacidade de captação de novas empresas, que estávamos em 3º lugar no distrito em rácios de importação e exportação. Tudo isto é revelador de uma política que não está a dar resultados. Não é com gastos como, por exemplo, no último ano, e vem nos documentos que nos foram enviados para esta Assembleia, mais dezassete mil euros em lonas e bandeirolas, trinta e cinco mil euros em aluguer de outdoors, doze mil euros para o filme promocional. Disse ainda que é a aposta do executivo, que a respeita, mas que pode não concordar. Afinal uma panóplia de investimentos porque o dinheiro não falta para algumas coisas e para outras nem tanto, mas são prioridades. A capacidade de execução, neste período homólogo até agosto, um ano, decresceu novamente 2,29%. Tem um grau de execução de 24,39%, o que também não augura nada de bom, dado que nos últimos anos temos sido brindados com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

execuções na ordem dos 60%, pelo que está bem evidente a capacidade de execução que vão demonstrando. Foram três anos de mandato e a poucos meses de se começar em campanha eleitoral, cai por terra este estado de graça em que se tem vivido. Porto de Mós no mapa, desta forma era o que as pessoas necessitavam para ter uma melhor qualidade de vida, interroga-se ele. Penso que não, disse. E acha que é unânime, que não era este Porto de Mós no mapa, com estas lacunas todas, que foram referenciadas já anteriormente e que já estão bem identificadas, que se pretendia. O que se precisa realmente, é fixar gente, resolver o problema da saúde no concelho, os jovens precisam de condições para que se fixem aqui, mas para isso é necessário atrair investimento privado e incentivar a construção de habitação acessível, e descentralizar serviços para as freguesias mais rurais. Este é um trabalho que precisa ser feito, mas é também necessário ter tempo para isso, em detrimento de algum folclore, disse. Por fim disse que vamos viver estes tempos difíceis, com as necessárias precauções, sendo que, o que é necessário é que o trabalho apareça, e muitas das vezes, nem sempre isso acontece. Para finalizar, deixou uma nota sobre umas declarações do senhor Presidente da Câmara que saíram no Jornal de Leiria onde diz que tinha colocado mais 65 funcionários atendendo a esta fase de pandemia, perguntando onde, porque se trata de um investimento de setecentos mil euros. Disse ainda que se contratou mais um jornalista, que até é um perito em campanhas eleitorais e portanto está no sítio certo, e veremos, disse, se a avença não será prolongada até às próximas eleições, já que são fundos públicos e temos bem recursos na Câmara Municipal para satisfazer essas lacunas que consideraram que o jornalista preencheria e veremos se não ficará até ao final do ano. Essas são as prioridades do executivo, nas quais não se revê.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, começou por dizer, “estamos a concluir três anos de mandato, já foi aqui dito pelos meus antecessores, pelos vistos bastante preocupados, principalmente o colega Mário Cruz do AJSIM, com uma visão e uma análise bem diferente daquela que é, de certeza a realidade, e é isto, de certeza, que as pessoas lá fora comungam. Tentou fazer aqui o balanço do mandato, antecipado, ainda falta um ano. Isto foi um documento esgalhado por alguém que tem muito tempo, agora de noite e de dia para se debruçar sobre aquilo. Leu à letra todo o programa do PSD. Obrigado por não se esquecer. Muito preocupado já com uma campanha eleitoral que se há de iniciar certamente. Mas tenham calma. Não vale a pena começarmos já a ficar nervosos, porque estamos em pandemia, temos de lutar com as armas que temos e portanto vamos trabalhar em frente. Esqueceu-se também de referir certamente, aquilo que foi imputado a este executivo, que deveria e seria da responsabilidade dos executivos anteriores e algumas coisas bastante graves, algumas delas não visíveis, mas que remédio teve este executivo senão agarrar nelas e cumpri-las e ter que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dar cumprimento a essas tarefas. Parece realmente começar a preocupação, mas é cedo demais".-----

-----Seguidamente passou a ler a seguinte intervenção:-----

-----“O mandato que tem decorrido com alguma normalidade, principalmente na sua primeira metade, tendo sofrido alterações significativas na segunda metade, ou seja, acerca de seis meses por força do problema pandémico que nos invadiu a todos. Tudo mudou. O dia-a-dia das pessoas, o funcionamento das instituições, o medo e a ansiedade instalado em todos nós que nos proíbe de fazer uma vida normal. A atitude das pessoas e a sua vivência, exige profundas alterações. Por tudo isto, há necessidade de apoiar incansavelmente as pessoas, ajudando em todas as frentes, dos mais velhos aos mais novos, na saúde e na doença, no trabalho, na educação e ação social. Apoiar e dar força às empresas e empresários para não desistirem, olhar o futuro com esperança e otimismo, acreditar que amanhã será melhor. Vamos todos vencer esta tragédia social, mas é necessário um grande esforço de todos, cumprir com todas as regras, pensar em si e nos outros. A tudo isto este executivo tem estado atento. Foi certamente obrigado a proceder a algumas alterações na sua estratégia e dar respostas permanentes às necessidades que diariamente lhe surgem. Introduziu medidas de exceção, tanto para as pessoas como para as empresas, proporcionando algumas poupanças e benefícios. Mas a ação do executivo não parou nem pode parar, ao contrário daquilo que foi referido. É necessário definir prioridades e seguir em frente. Como exemplo, tivemos o arranque do ano escolar. Pergunto aqui ao senhor Presidente, como arrancou o ano escolar no concelho, se todas as regras estão asseguradas e a ser cumpridas em segurança, se os pais podem estar tranquilos, se os recursos humanos são suficientes, se nos transportes escolares estão a ser cumpridas todas as normas de segurança. Senhor Presidente, o momento, como já referi anteriormente, é complexo em termos de saúde pública, já muito foi dito aqui hoje sobre disto. Continuamos a ter problemas graves nos Centros de Saúde, falta de médicos, falta de atendimento presencial. As pessoas reclamam, muitas delas desesperadamente, sem saber o que fazer. Como vamos ultrapassar tudo isto? Penso que também já nos foi dada a resposta. Temos a certeza de que nem tudo vai mal. Mesmo com o período Covid, o nosso concelho tem estado na ribalta em termos de ação e promoção através de meios de comunicação com visibilidade para todo o mundo. Sabemos o grande potencial que temos e a nossa oferta para atrair pessoas, por isso é necessário olharmos em frente e fazermos o que tem de ser feito. Traçar objetivos, definir metas e passar à ação, e era isto que no passado não acontecia. É isto que está a ser feito como exemplo, o documento que nos foi apresentado aqui neste local no passado dia 7 de setembro, o Plano Estratégico do Turismo para o Concelho para os próximos dez anos. Sem dúvida, um trabalho bem feito, bem elaborado, e bem apresentado pela entidade que o desenvolveu. Assim, sim. Sabemos que é um plano a médio prazo, algumas coisas já estão feitas, outras em curso e muitas outras irão ser iniciadas quando for oportuno, dependendo sempre das condições e orçamentos municipais afetos e disponíveis para o efeito. O importante, é sabermos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

onde estamos e para onde vamos. Isto é uma prática que deve ser utilizada não só para o turismo, mas para muitas outras coisas a desenvolver no nosso concelho. Primeiro planear, segundo, discutir, terceiro, executar. Também tivemos um grande momento de promoção do nosso concelho e da região com os programas televisivos que estiveram associados ao concurso 7 Maravilhas da Cultura Popular, em que fomos candidatos com os muros de pedra seca. Obtivemos um excelente resultado, não fomos contemplados com a vitória mas ganhamos com toda a certeza pela divulgação e promoção do concelho. Neste período difícil para as pessoas, o nosso concelho agradece a excelente procura a que tem estado sujeito, não é por acaso. Por quem nos visita, pela excelente qualidade da nossa zona, pela oferta turística que, tanto em termos de paisagem natural como visitação de monumentos, como o Castelo e outros, e aqui até pergunto ao senhor Presidente, se calhar seria bom dar conhecimento de alguns dados caso existam, como quem nos procura para viver, porque somos um concelho com qualidade de vida, atrativo, bem perto do que as pessoas gostam, como praias e outras zonas, com ótimos acessos. Com esperança e otimismo, vamos conseguir."-----

-----A senhora Presidente da Assembleia usando da palavra, disse que antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, gostaria de responder a Cristiana Rosário, em relação à moção sobre a saúde que foi aprovada na última Assembleia e que foi enviada para o senhor Primeiro Ministro, para o senhor Presidente da República, para o senhor Presidente da Assembleia da República, e para todos os líderes parlamentares. Foram recebidas respostas nomeadamente do senhor Primeiro Ministro que acusa a receção e que informa que a mesma foi encaminhada para o Gabinete da senhora Ministra da Saúde. O senhor Presidente da República diz o mesmo, que a moção foi encaminhada para a senhora Ministra da Saúde e agradece. O senhor Presidente da Assembleia da República, acusou também a receção e informou que a mesma foi reencaminhada para os líderes parlamentares e também para a Ministra da Saúde. Estando tudo encaminhado, o que é certo, é que a Ministra não deu resposta a esta Assembleia, até hoje. Foi ainda recebida resposta do Grupo Parlamentar "Os Verdes", dizendo que a moção lhes mereceu a sua melhor atenção. Disse ainda que gostava, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, de dizer que esta questão da saúde diz respeito a todos, Assembleia Municipal, e não só ao executivo, e gostava que ela não fosse politizada. Pediu que fossem à página do IPL ou do Nerlei, onde está toda a comunicação do que foi apresentado, para valorizar a Saúde, no distrito de Leiria e também a pergunta do senhor Presidente da Câmara ao senhor Secretário de Estado da Saúde que questiona sobre o que há a fazer no que diz respeito a Porto de Mós, tendo explicado o atendimento que os médicos fazem, encaminhando toda a gente para os hospitais, como aqui já foi dito, o caso de não haver médicos e todas as situações que estão a ocorrer no concelho. Ver-se-á aí também a resposta que o senhor Secretário de Estado da Saúde deu ao senhor Presidente da Câmara. O que propôs seguidamente, foi a realização de uma reunião com os líderes dos grupos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipais para trabalharem sobre este assunto da Saúde e da forma como os médicos estão a trabalhar no concelho e se decidir o que se irá fazer para se conseguir colocar médicos nas três freguesias já enunciadas e a forma como as consultas estão a ser dadas aos doentes.-----

-----Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Antonio Carreira que tomou a devida nota e disse que iria consultar a empresa oficialmente, no sentido de saber o que se passou efetivamente sobre esta questão do incêndio no poste de alta tensão. Sobre a questão do protocolo, ele já foi mais do que debatido, mas não pode deixar de dizer o seguinte: os aglomerados urbanos estão servidos. As freguesias que estão em causa, são sobretudo aquelas que não têm nada. Já houve alguma intervenção na fibra ótica, estando a trabalhar na retaguarda para reforçar a capacidade e depois haveremos de ter a resposta a outro nível. Relativamente à questão do senhor Joaquim Santiago, da chuva na escola, disse ser uma novidade, achando estranho que tenha essa informação pois nem a Câmara nem a Junta de Freguesia têm conhecimento disso, pelo menos, a informação que tem é que não chove na escola. Se lhe disser que é num pequeno anexo onde está a fotocopiadora, é verdade, foram identificadas algumas telhas partidas que vão ser substituídas ficando o problema resolvido. Sobre a questão dos incêndios, aqui temos uma situação diferente. Na sequência do que foi dito na última Assembleia, disse que falou com o ICNF e com o Engº Nuno Oliveira que lhe identificou os locais que referiu. Na época anterior, como sabe, disse, não era possível termos as máquinas a operar, porque se estava em período crítico e aquele tem de ser um trabalho continuado. A resposta que lhe foi dada, foi no sentido de que os equipamentos vêm no início de outubro para Mira de Aire para fazer a parte que foi aberta há dois anos, e depois a seguir vão para o Juncal para fazer a abertura e o melhoramento daqueles caminhos. Foi a informação que o ICNF lhe deu. Sobre a questão do hotel, disse que o hotel nunca foi uma bandeira sua, e se houve aqui alguém que teve o hotel como bandeira, foi o seu antecessor. O que disse e continua a dizer é que o hotel é um equipamento fundamental para a estratégia do executivo e que se deve considerar o hotel, ancora, e para isso, deve-se estar do lado do promotor, que é o que tem sido feito. Disse ainda que houve há pouco tempo uma reunião com o investidor que não tem ainda uma calendarização. Tem uma candidatura em curso, no âmbito ainda do 2020, relativamente ao turismo, esta candidatura logo que seja aprovada, o promotor até pode vir aqui apresentar um projeto, a calendarização e tudo aquilo que é a pretensão em termos de investimento. Neste momento não a tem. Sobre a questão dos médicos, disse que apenas queria voltar a dizer o que já disse e que se calhar não foi bem entendido. Nós temos consciência de que algumas extensões de saúde, podem não reunir as condições ideais ou até as condições mínimas. Mas que nos digam. Que nos digam a nós e aos Presidentes de Junta, que precisamos de adaptar. Até há pouco tempo, tínhamos uma área Covid no Centro de Saúde de Porto de Mós, neste momento, a área Covid foi descontinuada e o atendimento de Porto de Mós é pouco diferente do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atendimento de Alqueidão da Serra. Será que não há condições no Centro de Saúde de Porto de Mós? Será que não há condições para que àqueles que vêm com um pico de febre serem atendidos aqui? Esta foi a pergunta que deixei, disse. Acho que nós estamos aqui a comparar dois procedimentos iguais para duas coisas diferentes: o médico de Porto de Mós não quer atender um doente que tem um pico de febre e manda-o para o médico do hospital de Leiria que tem que o atender. Manifestou a sua estranheza dizendo que não consegue entender, quando se sabe que neste momento o hospital de Leiria não tem sala de espera Covid, estando os doentes todos misturados. Neste momento é assim. E portanto temos de estar juntos, num processo que é problemático para a população do concelho de Porto de Mós, e é um problema que vai para além da falta de médicos e onde temos de estar concertados para ter ações práticas e objetivas para tentar resolver este problema, ou pelo menos minimizá-lo. Quanto à interpelação que foi feita relativamente à unidade móvel de saúde, disse que está a funcionar com muito sucesso. É a UCC, Unidade de Cuidados na Comunidade que a está a utilizar de forma sistemática e tem dado respostas efetivas a quem mais precisa. Mas ainda assim, disse, vamos solicitar à UCC o mapeamento da prestação e utilização da unidade móvel de saúde, para na próxima assembleia podermos trazer essa resposta aos senhores deputados. Sobre a questão da Calçada à Portuguesa colocada por Félix Correia dos Reis, disse que o município de Porto de Mós aderiu à Associação de Calçada à Portuguesa que tem como parceira a Câmara Municipal de Lisboa entre outros e que foi constituída com o propósito também de lançar uma candidatura a Património Imaterial da Humanidade. Essa candidatura está neste momento em curso. Nós vamos assinar um protocolo com a Universidade Nova de Lisboa para fazer o trabalho científico da extração e também da transformação da pedra da nossa região em calçada, porque a intenção do promotor da associação é preparar a candidatura para 2022. O que está em curso, é um concurso, promovido pela Escola Superior de Belas Artes no sentido de homenagear os profissionais de saúde com o propósito de se fazer uma praça em Lisboa, que será na Avenida da República, e uma praça igual, aqui em Porto de Mós. Foi solicitada autorização ao dono do projeto do Parque Verde, para utilizar o espaço ao lado do D'Café, no sentido de fazer ali uma praça, um memorial de homenagem. O projeto será apresentado na próxima reunião de Câmara, a todo o executivo. Sobre os espaços exteriores das escolas, tem havido algumas preocupações e a situação da pandemia levou a que se fizessem aqui dois investimentos. Infelizmente, por razões que são estranhas à sua vontade, ainda não estão colocados, embora estejam adjudicados há imenso tempo (S. Bento e Fonte do Oleiro). Relativamente à questão que o Samuel colocou, de Vale Florido, trata-se de um saneamento que vem participado pelo POSEUR. Nós não temos possibilidade de ir a este programa porque estamos sozinhos. É uma opção, disse, não entregar a exploração de água e saneamento a ninguém, e os avisos de POSEUR, desde 2016 que estão fechados a entidades que não sejam agregadas. De todo o modo, houve conversações no sentido de se poder ligar. Se se avançar, num próximo quadro comunitário, na questão do saneamento para a zona das três freguesias serranas, o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

emissário da Abrã, será, como noutras situações, por exemplo, Mira de Aire/Minde, disponibilizado para o município de Porto de Mós. Sobre a questão de Antonio José Teixeira, é bom que se diga que nesta questão dos muros de pedra seca, está a ser criada uma equipa de trabalho. Esta equipa vai com certeza, beber informação onde ela exista, porque é importante, mais até do que a questão da candidatura ao saber fazer, a Património Imaterial da Humanidade, é não se perder de vista esta questão, sob o ponto de vista do planeamento, do ordenamento mas também sob o ponto de vista da cultura e do saber fazer. E este é o propósito desta equipa que nos vai dar contributos muito importantes e dinamizar esta questão. Quanto à intervenção de Mário Cruz, disse que se trata de uma declaração política, tendo percebido que há aqui uma oposição concertada e é bom que seja assim. Ainda assim, disse, não estejam preocupados. O executivo está a trabalhar, está a fazer projetos, está a fazer obra, e as contas fazem-se no final. Uma parte significativa das obras que referiu, umas estão em curso, outra parte estão feitas e outras nem tanto, é verdade, mas nem sequer vai aqui arranjar desculpas, porque já percebeu que não vale a pena. No entanto, disse, queria aqui dizer duas ou três coisas. Uma delas, a questão do protocolo com a Altice. Disse que achava piada, porque o senhor deputado, no dia em cá veio o Presidente da ANACOM, fartou-se de comentar que o senhor Presidente da Câmara de Pombal é que era o maior, porque eu andava a passear com o Presidente da ANACOM, e o Presidente da Câmara de Pombal a assinar protocolos, para fazer. Nós assinámos o protocolo igual ao de Pombal. E em Porto de Mós já não presta. Quanto à questão da rotunda da IC9, até acha piada, disse. A rotunda do IC9 já podia estar arranjada há muito tempo, porque ela já está feita há meia dúzia de anos. Mas vai ser arranjada. Já temos o projeto em curso. Depois irá criticar aqui, certamente, aquilo que foi feito na rotunda. Quanto às despesas correntes, é bom que veja bem, porque até se está a poupar. E as comparações não podem ser feitas conforme dá jeito. A declaração política fica com quem a fez, e respeita-a, e irá ter o cuidado de a ler e analisar. Para terminar a sua resposta a esta intervenção, disse que queria ainda dizer mais duas coisas. Em primeiro lugar, o mercado de Mira de Aire, hoje, já tem um projeto. Quando este executivo tomou posse, o que tinham foi pagar uma despesa de sessenta e cinco mil euros feita pelo anterior executivo, aparentemente só para o pintar. Sobre a ARU de Mira de Aire, disse que já houve discussões públicas, que esta está em curso, e que terá lugar entretanto outra discussão, havendo convites públicos à população para participar e infelizmente não viu o senhor deputado presente nestas sessões. Sobre o turismo, disse que tem uma preocupação que é exatamente o contrário do que disse, é planejar primeiro, fazer planeamento. Se acha risível, disse, aquilo que o politécnico fez, ele pessoalmente acha que foi feito por quem sabe, por quem tem um curriculum, por quem já fez outros até de dimensão substancialmente superior a um plano concelhio, planos supramunicipais, e estes planos são para o futuro. Por isso é que a maioria dos municípios, têm planos estratégicos. Aqui não havia e foi decidido que passaria a haver. E vai haver mais para outras áreas, continuando a ser feito investimento em planos estratégicos. Disse que estranhou não terem falado no tema que é objeto da ordem do dia, que é a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devolução de impostos. Também é despesa corrente, ou redução de despesa. Mas isto é sem dúvida nenhuma olhar para as pessoas, pensar nas pessoas. E fazerem-se, como foi feito aqui, exercícios de comparação dos anos de 2010, com 2018, é um absurdo, principalmente porque quando o executivo compara, na apresentação de contas, os anos de 2016 ou 2017, com o atual acham um disparate. Sobre a questão dos incêndios, disse que o Governo deu instruções para que se adiassem os PMDFCI, achando estranho que os senhores deputados venham para aqui politizar uma coisa, que não tem nada a ver. O Plano Operacional Municipal é que conta. A questão do PMDFCI, sem deixar de ser importante, diz respeito sobretudo à definição de faixas primárias e faixas secundárias. No planalto da Mendiga, praticamente não se aplica. Aplica-se numa zona, onde o município de Porto de Mós, em conjunto com as entidades, faz fogo controlado. Como sabem, aquela é uma tipologia diferente e na parte da Marinha da Mendiga e toda aquela zona para norte, o interface não é florestal, é essencialmente agrícola e neste caso, não se aplica o PMDFCI. A Câmara sabe perfeitamente que no caso do ICNF, algumas zonas, gosta de as ter rapadas. Mas, não é possível nós permitirmos espaços agrícolas, e ao mesmo tempo exigir que as pessoas não tenham lá as suas pastagens. Portanto, nas zonas de interface agrícola, o PMDFCI, não se aplica. No que respeita ao incendio, disse que nunca nenhuma habitação esteve em risco, em nenhuma circunstância, e ambos os incêndios foram fotocópia, tendo ambos três ignições, ambos nasceram em situações idênticas e ambos tiveram em comum, humidade relativa abaixo de 20% e ventos acima de 30 Km/hora. Esta é uma zona do coração do Parque Natural, houve uma grande perda ao nível da flora mas também de fauna, o que é uma pena, porque esta ausência de capacidade no combate foi notória quando ele se estendeu para zonas de difícil acesso, pois como é sabido não é possível combater o incendio só por meios aéreos, é necessário que no terreno exista também quem o combata. No que diz respeito à eco escola, ela existe e continua, havendo um conjunto de iniciativas ligadas à questão do ambiente e da sustentabilidade ambiental. Nas exportações, disse que continuamos como estávamos, não mudou. Continuou dizendo que, como deve saber já nasceram algumas empresas e foi possível, como o novo regulamento, adaptar um ou dois lotes na atual zona industrial e vamos com certeza, entregá-los para quem quer construir, e provavelmente ainda este mês de setembro. Disse ainda que nunca ouviu o anterior executivo preocupado com o desemprego, e comparando 2016 com agosto de 2020, havia 35% a mais de desemprego do que há agora. Em julho, havia 41% de desemprego a mais do que há agora. Em 2016 não havia pandemia, não havia crise. Já estávamos numa situação ascendente. O senhor vai-me dizer, "mas isso não é responsabilidade do executivo", admito, mas não me ponha é a responsabilidade a mim, só porque algumas situações, que não são da nossa responsabilidade direta, pois como sabe vivemos uma situação de crise, uma situação que crise pandémica grave, e não ponha em cima deste executivo, responsabilidades que este não tem. Porque esta é uma responsabilidade que temos, de assumir todas quando as temos para assumir. Sobre a questão dos setecentos mil euros a mais, passou a explicar. "Aquilo que eu disse, é que o governo, no âmbito dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rácios, paga ao município de Porto de Mós, há talvez 12 anos, o equivalente a 75 assistentes operacionais e assistentes técnicos, para o concelho de Porto de Mós, no âmbito de um protocolo, um acordo de execução. Este acordo de execução não foi alterado. Nós já pedimos reprogramação mais que uma vez e segundo o Secretário de Estado não foi possível. Tínhamos que aceitar primeiro a educação. Mas aceitar a educação como sabem, é aceitar aquelas escolas como estão. E nós entendemos que não devemos aceitar. E então continuamos com os rácios assim. E até porque quando herdámos esta pasta da educação, o município já pagava a mais para a educação, cerca de quinhentos mil euros. Aquilo que neste momento, corresponde à fatura da educação, e repete o que disse à senhora jornalista, é um investimento, não é um custo, embora saia de despesa corrente, é um investimento que é feito nas crianças, para melhorar as condições de vida delas, e também uma forma de atrair os jovens, até porque tínhamos uma situação de perda sistemática de alunos para os concelhos envolventes, e neste momento já estamos a ganhar. Portanto, associando os benefícios fiscais à prestação do serviço substancialmente melhor do que existe nos concelhos vizinhos, onde é apenas o estado que responde pelos auxiliares, disse não ter dúvidas de que este serviço é substancialmente melhor, sendo assim também uma forma de atrair. Pode argumentar dizendo que ouviu dizer que na escola A ou na escola B faltam auxiliares. Admite que possam ser necessários mais auxiliares, mas o que é difícil compreender, é que no âmbito dos rácios, no máximo há um auxiliar por dez alunos. Este é o propósito e a preocupação que temos tido com a área da educação. Referente ao primeiro ciclo, é bom que se diga, que a Câmara recebe igual aos rácios, ou seja, para 48 pessoas., enquanto no 1º ciclo temos 101 pessoas, e portanto foi isso que disse. O município está a fazer um investimento na melhoria da qualidade de vida das nossas crianças e da escola. Finalmente, sobre a questão do jornalista, disse que lhe fica mal a nota que deu, considerando que se trata de uma nota de pouco nível, porque o senhor jornalista, quando foi convidado, disse-lhe que hoje estava em condições de aceitar, e que no passado tinha sido convidado pelo seu antecessor e não reunia condições. Portanto, se servia para esta função para o anterior executivo, também pode servir para este. Disse ainda que queria agradecer todo o apoio transversal que o executivo teve, sobre os muros de pedra, tendo trabalhado em conjunto com os senhores Presidentes de Junta e tendo havido um envolvimento muito grande da comunidade do maciço estremenho. Houve o apoio de todo o distrito quando os muros de pedra passaram às meias-finais, tendo sido muito importante para a divulgação do concelho mas também da região e do distrito de Leiria. Sobre os dados do Castelo disse que, mesmo em tempos de pandemia, teve no mês de agosto, 6 355 visitantes, que corresponde praticamente a metade de 2016 e 40% de 2017, no ano todo. Isto quer dizer que, quer a reabilitação, quer a própria divulgação e promoção do Castelo, vale a pena. Mas pode dar aqui dados que não deixam de ser interessantes. O Castelo, passou a ser sob o ponto de vista financeiro, sustentável. Fez ainda menção ao facto de o Castelo durante este ano ter apenas estado aberto nos meses de janeiro, fevereiro e março, por pouco tempo, e depois voltou a abrir em junho, julho e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agosto e nestes menos de seis meses fez-se de receita total de bilheteira, praticamente dezassete mil euros e cerca de quatro mil euros de receita de loja.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara deu a palavra à senhora Vereadora com o pelouro da Educação, que, depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, passou a responder a algumas das questões que aqui foram colocadas sobre este tema, passando a fazer um pequeno resumo sobre a preparação do início do ano letivo. Começou dizendo que *“se iniciou a preparação da entrada dos alunos nas escolas, numa primeira fase, quando reabriram os ATL's, no fundo as atividades de apoio e animação à família, no dia 1 de junho. Nesse momento, promovemos diversas ações de capacitação do pessoal não docente em conjunto com as educadoras, para abirmos então esse serviço às crianças que assim entendessem. Percebemos que havia alguns pais, que pelo motivo de terem ficado em casa naqueles meses de abril e maio, com as crianças, as suas empresas precisavam deles também no trabalho durante o mês de agosto, serviço que não era proporcionado pelo município. E abrimos esse serviço. Portanto, este foi, no fundo, o final do ano letivo passado, mas quase, uma pré testagem para o início do ano. Também, iniciaram as aulas de 11º e 12º como bem sabem, antes dos exames, e também com o conjunto das escolas articulámos de modo a dar a maior tranquilidade e segurança, quer aos alunos, quer aos professores, quer aos técnicos e auxiliares, quer aos próprios pais, porque se os pais sentirem que os filhos estão bem, vão bem para o seu trabalho e na sua atividade profissional tem outro desempenho. Relativamente ao início de setembro, reunimos com as escolas, apurámos as necessidades e começámos a trabalhar. O Agrupamento de Escolas é responsável pela definição do Plano de Contingência que foi elaborado com a equipa da Saúde, com as autoridades de Saúde, e nós ajudámos na sua implementação. Nós e as Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia foram aqui um parceiro muito importante. Reunimos também com os senhores Presidentes de Junta e com o senhor Diretor do Agrupamento de Escolas, também para dar nota das necessidades, do que já tinha sido feito, quem é que era responsável por quê, para que tudo se iniciasse da melhor forma. Fizemos obras de melhoria e agradeço aqui as palavras da Presidente da Junta de Calvaria e do Presidente de Junta de Serro Ventoso. Estas obras eram importantes, faziam falta. Nós tínhamos em Serro Ventoso ainda as lâmpadas antigas, 51 lâmpadas que foram mudadas para lâmpadas led. Limpámos os telhados, melhorámos os telhados, fizemos pinturas exteriores e interiores, colocámos mobiliário novo, substituímos o pavimento do parque infantil. Em S. Jorge, foi uma requalificação de fundo. Ampliámos a casa de banho das crianças que era muito pequenina, mudámos janelas, tendo sido mesmo uma requalificação mais profunda e também mobiliário novo. Outras pequenas obras foram sendo feitas, também em conjunto com as Juntas de Freguesia para que o ano se iniciasse bem. O Município, e é dos único aqui à volta, colocou uma mesa por aluno em todas as escolas do 1º ciclo, umas adquirimos novas e outras fomos reaproveitar o que tínhamos guardado e requalificámos e colocámos nas escolas. Todas as crianças têm a sua própria mesa. Isto vai garantir*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquele distanciamento que, no nosso município foi possível implementar e vai também trazer a tal tranquilidade às famílias, para além de dar condições de saúde às crianças e a quem trabalha nas escolas, dá aquela tranquilidade que tanto queremos, às famílias. Depois, o que é que fizemos mais? Transportes gratuitos a todos os alunos. Pela primeira vez no nosso concelho, todos os alunos que estudam nas escolas do nosso concelho, desde o pré-escolar até ao 12º ano, não pagam qualquer transporte. Isto é uma medida muito importante, veio aqui dar uma ajuda às famílias e também por outro lado, promove a captação de jovens. Portanto, tem condições para estar nas escolas de Porto de Mós, são boas escolas a nível pedagógico mas depois também têm outras medidas de apoio que vêm de encontro às necessidades das famílias. Na reunião da Comunidade Intermunicipal, com os vereadores, foi feito o balanço do projeto integrado inovador, de combate ao insucesso. Foi feito um relatório, com o IPL, e apresentados os resultados obtido. Nós já tínhamos uma ideia, já tínhamos um balanço feito, mas foi feito um balanço com o trabalho de uma equipa especializada do Politécnico de Leiria. Esse balanço foi positivo. Os resultados são visíveis no sucesso escolar das crianças do nosso concelho, não só em termos de melhoria de resultados escolares em termos de percentagens, mas melhorias na qualidade dos resultados escolares. Isto é, aqueles alunos que estavam no suficiente passaram para muito bom, por exemplo, portanto, houve este progresso. Apresentámos aos senhores Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal, o desígnio de querer continuar com este projeto, e os senhores Presidentes disseram sim senhora, vamos a isso. Temos a continuidade do projeto, com três técnicas a desenvolver um trabalho extraordinário no nosso município, que é uma terapeuta da fala a tempo inteiro, uma psicóloga a tempo inteiro e uma professora do 1º ciclo a tempo inteiro. Este projeto vai complementar todo o trabalho que está a ser desenvolvido pelas escolas. Nada funciona sozinho, como todos sabemos, se estivermos todos junto é que conseguimos um concelho melhor. Depois foram feitas as várias reuniões para que tudo corresse bem. Reforçámos os assistentes operacionais, sobretudo na hora de almoço e nas atividades de apoio à família. Todas as escolas, professores e alunos, ainda estão no início, ainda se estão a adaptar também às novas contingências, e à medida que o ano letivo vai avançando as coisas vão tomando a sua rotina e vai tudo correr bem. Apesar de todas as incertezas que temos, a expectativa e o que desejamos todos, e penso que aqui falo em nome de todos, é que seja um ano letivo com sucesso. "-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM)**, pediu a palavra para defesa da honra, começando por dizer o seguinte: "As intervenções mediadas e orientadas pela senhora Presidente da Assembleia, nestes três anos, têm-se pautado sempre pela elevação e quando elas assim não são a senhora Presidente tem atuado e muito bem, o que agradeço. As divergências políticas são salutares e a prova disso, é na elevadíssima resposta da Câmara às diversas intervenções, incluindo à minha. Determinadas referências têm sido recorrentes ao longo destes três anos. À primeira vez, tem piada, à segunda vez, dá-se um sorriso amarelo, mas à terceira vez é ofensivo. E isto vai para o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

meu caro colega José Gabriel Vala, que disse no início da sua intervenção, que eu li muito bem um texto, por quem tem tempo para ler o programa. Eu jamais me referiria ou referirei nesta Assembleia a um colega, de que os assuntos que trás, ou as intervenções que tem, são apenas papagueadas ou trazidas de recado de alguém. Portanto, a minha intervenção é política, como muito bem disse o senhor Presidente da Câmara, que respondeu com elevação e é da responsabilidade dos quatro elementos do meu grupo parlamentar, com especial incidência em mim, porque dei voz a ela. Portanto, agradecia ao Gabriel Vala, também nunca terei a veleidade de dizer que com as suas intervenções a congratular-se com o trabalho do executivo, é uma espécie do secretário do Conde de Abranhos, do Eça de Queirós. Ele tem a sua opinião eu tenho a minha. Portanto, à primeira vez, como digo, tem piada, à segunda vai para riso amarelo e à terceira é ofensivo."-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro, (PS)**, pediu também a palavra, para dizer ao senhor Presidente que se está no sítio certo para se fazerem as críticas devidas, porque todos os que aqui estão foram eleitos democraticamente, podendo qualquer um, tecer as críticas que entender. Em relação a algumas considerações aqui feitas, disse que não sabe se se quer retratar em relação ao seu grupo parlamentar, pelas afirmações que foram feitas por Gabriel Vala. Terminando disse que se alguém não tem prestado a devida documentação para a discussão do futuro deste concelho, é este executivo, tal como aconteceu relativamente aos PIER's, ao REOT, às medidas preventivas, que foram aqui apresentadas, para salvaguarda do Campo Militar de S. Jorge, disse.-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----Usando da palavra a senhora Presidente da Assembleia passou a dar algumas informações rápidas aos deputados municipais. Começou por dizer que chegou à mesa o pedido de renúncia ao mandato da deputada municipal **Cecília Lopes Palma**, eleita pelo PSD, e que a mesma foi substituída, nos termos da Lei e do Regimento pelo membro seguinte na lista de candidatos, **Maria Goreti Fino Domingues**. Disse ainda que também deu entrada um pedido de justificação de falta e respetiva substituição efetuado por **Liliana Carvalho Pereira**, eleita pelo Partido Socialista. Foi convocado, para a substituir **Hermano Carreira (PS)** por se tratar do cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista que respondeu não poder aceitar por se encontrar em convalescença. Seguidamente foi convocada **Sandra Marisa Ferreira de Sousa** que se mostrou indisponível. Foi convocado **Antonio Pedro Porto Marques da Costa** que referiu que um compromisso de trabalho o impedia também de estar presente. Na lista de candidatos segue-se **Dário Pereira Vasco**, de quem não se conseguiu obter contatos, tendo sido enviado um e-mail a dar conta disso mesmo ao líder de bancada do Partido Socialista a solicitar esses elementos. Em resposta, o deputado David Salgueiro disse que o anterior candidato também não estava disponível tendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

indicado o contato do seguinte na lista **Rodrigo Girão Ribeiro**, que contactado, se mostrou indisponível. Foi ainda tentado o contacto de **José Miguel Marto**, que se seguia na lista e que não atendeu, razão pela qual a deputada Liliana Carvalho Pereira não pode ser substituída. Continuou ainda dizendo que também o deputado Júlio João Carreira Vieira, do PSD, pediu a justificação da sua falta, tendo sido substituído por Félix Correia dos Reis.-----

-----Deu ainda nota de que, no seguimento da ultima sessão desta Assembleia, foi enviado o voto de pesar aqui aprovado à família do senhor Almirante Vieira Matias, que agradeceram reconhecidamente. Informou ainda que as cartas dos meninos das freguesias de Serro Ventoso, Arrimal/Mendiga e S. Bento, foram entregues ao senhor Presidente da Republica conforme havia sido pedido, tendo o seu Gabinete acusado a receção. Referiu depois que, pela primeira vez, os Presidentes das CCDR's, irão ser eleitos por um colégio eleitoral, constituído por 2.850 autarcas, sendo que destes, 77 são Presidentes de Câmara. São chamados a votar também os vereadores dos executivos municipais e todos os membros das Assembleias Municipais, incluindo os Presidentes de Junta de Freguesia. A votação decorre no dia 13 de outubro em sessão da Assembleia Municipal, convocada especificamente para este fim, o que também é o caso da Assembleia Municipal de Porto de Mós. Esta votação decorre simultaneamente em todas as Assembleias Municipais do País, entre as 16 e as 20 horas. A nova equipa da CCDR será composta, para além do Presidente, por dois novos vice-presidentes, um nomeado pelo Governo e o outro eleito pelos Presidentes de Câmara que integram a área geográfica abrangida pela respetiva CCDR. A reunião decorre no salão nobre da Camara Municipal de Porto de Mós. -----

-----Informou ainda que, através do protocolo entre a Escola Superior de Saúde e a Associação Ur'gente iniciou-se no nosso concelho, com os alunos do 4º ano de enfermagem, um questionário, para avaliação do estado de saúde do concelho, agradecendo aos alunos que o fazem, com um sentido de missão.-----

-----**2. Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis para o ano de 2021;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para apresentar a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 3 de setembro, e que a seguir se transcreve:-----

-----"Nos termos do n.º 5 do Artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar as taxas deste imposto a aplicar em cada ano.-----

-----A taxa relativa aos prédios urbanos, a fixar por deliberação de Assembleia Municipal, haverá de conter-se, em conformidade com o n.º 1 do Artigo 112.º do CIMI, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Orçamento do Estado para 2016) entre 0,3% e 0,45%.---

-----As deliberações tomadas devem, nos termos do n.º 14 do citado Artigo 112.º, ser comunicadas à Autoridade Tributária até 31 de dezembro, para que as taxas sejam cobradas no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano seguinte.-----

-----Considerando que o baixo nível da tributação sobre o património edificado pode constituir, em certas situações, um fator de dinamização do mercado, potenciando a atratividade dos investidores, dos residentes e do turismo; -----

-----Considerando que foi proposta e aprovada pela Câmara Municipal, em reunião de 06 de Agosto de 2015, uma ARU – Área de Reabilitação Urbana, na zona histórica da Vila de Porto de Mós, que abrange 310 prédios urbanos, implantados numa área de 35.5 hectares, destinada a estimular investimentos e ações potenciadoras de melhores condições socioeconómicas nesta zona Delimitada;-----

-----Considerando que a dimensão do agregado familiar tem relevância nas despesas inerentes ao prédio urbano e o município pretende inserir políticas de apoio á natalidade;-----

-----Considerando que o Município pretende manter a baixa tributação sobre o património no sentido de criar atratividade para as famílias e empresas, sem prejuízo de outras medidas a desenvolver com o objetivo de atingir este desiderato;-----

-----Considerando que anualmente a receita deste imposto tem vindo a subir em valores absolutos e em percentagem, tendo a tendência em 2019 sido no mesmo sentido, não obstante a deliberação da Assembleia Municipal no sentido de fixar uma redução por dependente, vulgarmente designado por “IMI Familiar”.-----

-----Sob este enquadramento proponho, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do Artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:-----

-----1.º Delibere a Câmara solicitar à Assembleia Municipal, em conformidade com o n.º 5 do Artigo 112.º do CIMI, a aprovação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar às cobranças de 2019 e relativa aos prédios urbanos (taxa a que se refere a alínea c) do n.º 1 do Artigo 112.º do CIMI), em 0,3%; -----

-----2.º Majorar em 20% a taxa referida no n.º 1 anterior, de acordo com o previsto no ponto 4.5 da referida ARU e n.º 8, do artigo 112.º, do código do CIMI, a aplicar aos prédios que se encontrem degradados e situados dentro do perímetro da ARU, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;-----

-----3.º Majorar em 30% a taxa referida no n.º 1 anterior, de acordo com o ponto 4.5 da referida ARU e n.º 6, do referido artigo 112.º do CIMI, a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem em ruínas, dentro do limite urbano considerado na ARU, os prédios como tal definidos em diploma próprio;-----

-----4.º Minorar em 10% a taxa do IMI referida no n.º 1 anterior, desde que satisfeitas as condicionantes referidas no ponto 4.7 da ARU, a aplicar aos prédios urbanos localizados nesta zona delimitada e que não se encontrem em ruína, degradados ou devolutos, de acordo com o previsto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no n.º 6, do artigo 112.º, do CIMI;-----
-----5.º *Minorar em 10% a taxa do IMI referida no n.º 1 anterior, desde que satisfeitas as condicionantes referidas no ponto 4.7 da ARU, a aplicar aos prédios urbanos arrendados e localizados nesta zona delimitada, podendo ser cumulativa com a minoração referida no ponto 4 anterior, de acordo com o previsto no n.º 7, da mesmo artigo do CIMI.*-----

-----Concluiu dizendo que foi entendimento do executivo **não alterar a taxa de IMI mantendo-a em 0,3%, majoração de prédios degradados e em ruína situados na ARU em 20% e 30% e minoração de 10% os prédios não degradados situados na área de influência da ARU de Porto de Mós e de Mira de Aire**, quando for aprovada.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 4 (quatro) abstenções**.-----

-----3. **Redução da Taxa de Imposto Municipal de Imóveis em função do Agregado Familiar (IMI Familiar):**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para apresentar a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 3 de setembro, e que a seguir se transcreve, salientando que se trata de uma medida de apoio às famílias com filhos e que veio a ser implementada a partir de 2018:-----

-----“O Código do IMI prevê a possibilidade dos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixarem uma redução da taxa para vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º, do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro.--

-----Considerando que:-----

-----Nos termos do nº 2 do artigo 112-Aº do CIMI, a deliberação da Assembleia Municipal deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira por transmissão eletrónica de dados, até 31 de Dezembro do ano a que o imposto de refere;-----

-----Esta medida foi introduzida pela primeira vez no imposto liquidado no ano de 2017, conforme deliberações dos órgãos do Municipais ocorridos no mês de dezembro de 2017;-----

-----A redução se consubstancia numa estratégia delineada por este executivo no sentido de apoiar a natalidade, as famílias e os jovens casais que estejam fixados ou se venham a fixar no território do concelho;-----

-----A despesa fiscal, ou seja a receita que o Município deixa de receber por via desta medida, não põe em causa o equilíbrio das suas contas e o equilíbrio orçamental deste Município,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prevendo-se um valor de redução deste imposto na ordem dos 68.000,00 €, considerando a informação que nos foi prestada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, em linha com os valores dos anos anteriores;-----

-----A Autoridade Tributária e Aduaneira promove, de forma automática e com base nos elementos de que dispõe, a execução da deliberação da Assembleia Municipal comunicada no prazo legal, tendo em conta o número de dependentes que integram o agregado familiar na declaração modelo 3 de IRS, cuja obrigação de entrega ocorre no ano a que respeita o IMI;-----

-----No próximo ano se justifica ainda mais esta medida, tendo em conta a situação das famílias em face da perda de rendimentos e aumento de problemas sociais decorrentes dos efeitos da pandemia da doença do COVID 19 que tem vindo a ser sentido, no país e até no mundo.-----

-----Tendo em conta o atrás aduzido proponho:-----

-----a) Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25º, do anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, submeter a aprovação da Assembleia Municipal, a redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o prédios destinados a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo, para vigorar em 2021, de acordo com a seguinte tabela:-----

Dependentes	Dedução fixa
1	20,00 €
2	40,00 €
3 ou mais	70,00 €

-----b) Solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."-----

-----**António Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que se iria referir a este ponto e ao ponto seguinte, de uma só vez. Começou por dizer que se ouviram aqui várias críticas à administração deste executivo nestes três anos de mandato, e compreende-se, porque as opiniões, as opções e as estratégias são diferentes. Mas há uma estratégia que está bem vincada neste executivo, porque este tem feito uma gestão a pensar nas pessoas, porque a missão do executivo é gerir o município em função das pessoas e não em função da conta bancária. Foram enumeradas aqui várias obras que em executivos anteriores, e com a situação financeira que o município tinha, já podiam ter sido resolvidas, se não se estivesse a pensar na conta bancária. Se tivessem tido a coragem de apresentar um financiamento para resolver situações que já deviam ter sido resolvidas há anos, como fez o atual executivo, e se tivessem deixado projetos capazes de se financiar para esse efeito, se calhar já não se estava aqui a falar de tantas obras como as que foram aqui referidas, o que aceita, porque se não estão feitas, alguém tem de as fazer. Continuou dizendo que o que lhe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parece, é que no passado, as disponibilidades que a Câmara tinha, não foram replicadas, continuando a dizer aqui, não tenhamos medo de endividar o município, porque ele tem capacidade para solver as suas responsabilidades. Mas pensar nas pessoas, e se se for ver, o IMI que se acabou de aprovar e que já está na taxa mínima desde o último mandato do PSD, e honras lhes seja feita, porque quem veio a seguir, não o aumentou, embora hoje tenha visto pessoas a absterem-se, mas é legítimo porque as pessoas são livres de votar como bem entenderem. O IMI Familiar foi implementado por este executivo, e isto é pensar nas pessoas. Quanto à devolução do IRS, e aqui tem de se congratular, porque a oposição tem vindo a votar favoravelmente esta devolução, porque afinal andou-se aqui doze anos a dizer que não se podia devolver IRS, mas mais vale tarde do que nunca. E isto também é investir nas pessoas e no concelho, porque quanto mais dinheiro se deixar no bolso dos munícipes, mais as atividades económicas se desenvolvem. E isto, disse, para não falar naquilo que andou aqui a dizer, anos, e que foi que se se tiverem menos impostos, isso é um fator de fixação de pessoas. Mas é claro que isto não acontece de um dia para o outro, sendo necessário que haja construção suficiente para satisfazer as pessoas que possam querer vir viver para Porto de Mós. As pessoas têm de sentir que há confiança e capacidade do município para manter os impostos mais baixos.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Redução da Taxa de Imposto Municipal de Imóveis em função do Agregado Familiar (IMI Familiar)** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 2 (duas) abstenções**.-----

-----**4. Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS):**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra dizendo que este é um compromisso deste executivo e iniciou-se em 2018, dando sequência ao seu compromisso eleitoral. Apresentou depois a proposta que foi submetida a aprovação em reunião de Câmara de 03.09.2020, e que seguidamente se transcreve:-----

-----“Considerando que:-----

-----O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, alterada pela lei 51/2018, de 16 de agosto, doravante RFALEI) estabelece as regras de repartição de recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais;-----

-----Os artigos 25.º e 26.º do RFALEI estabelecem que aquela repartição se obtenha, de entre o mais, através de uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do Artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social;-----

-----O n.º 2 daquele artigo 26.º faz depender aquela participação de deliberação sobre a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;

-----Que a ausência de comunicação comina a perda do direito àquela participação (n.º 3 do Artigo 26.º);-----

-----No ano anterior a Assembleia Municipal de Porto de Mós fixou uma redução de 1,50%, no ano de 2018 em 1% e no ano de 2017 fixou em 0,25%, sendo objetivo que no final deste mandata a devolução seja metade do valor possível de devolver, ou seja 2,5%;-----

-----É vontade deste executivo ir reduzindo progressivamente a taxa de IRS sobre as famílias no sentido de tornar o concelho mais atrativo, sem prejuízo de outras medidas que têm vindo ser tomadas e outras que serão assumidas para atingir este mesmo objetivo;-----

-----O Município de Porto de Mós tem uma estratégia de equilíbrio financeiro horizontal e vertical dos seus recursos públicos, a devolução de receitas às famílias surgirá sempre que não coloque em causa essa mesma estratégia;-----

-----A redução de 2% da taxa de IRS pressupõe uma devolução às famílias num montante de cerca de 288.000,00 €, com igual impacto na receita municipal.-----

-----Tendo em conta o atrás referenciado, proponho:-----

-----Delibere a Câmara Municipal, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do Artigo 33.º, ambos do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do n.º 2 do Artigo 26.º do RFALEI:-----

-----a) Solicitar à Assembleia Municipal a fixação da taxa de 3,00%, para a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Porto de Mós, relativa aos rendimentos de 2021;-----

-----b) Solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra referiu que, quanto a este ponto e conforme vem acontecendo desde o início deste mandato, e na sequência de proposta que foi aprovada e apresentada pelo nosso grupo municipal em conjunto com o Partido Socialista, tem vindo a ser devolvida esta participação no IRS por parte do município, e muito bem, porque é uma medida de incentivo às famílias. Curiosamente e respondendo a Antonio Pires neste ponto, o Pires que defendeu durante doze anos, no início deste mandato, foi contra, no início deste mandato, reforçou, que este deputado defendeu que não devia ser devolvida a taxa de IRS que era proposta pela Câmara, e que veio à Assembleia Municipal. Por outro lado, relativamente ao IMI, disse que pensa que o Pires, como pessoa informada e formada, até, nesta matéria, e com memória, lembrar-se-á com certeza de uma coisa que se chamou troika, e que andou por aqui, e que o município de Porto de Mós, só pode manter, desde a data que o Pires referiu, a taxa mínima de IMI, porque apresentou contas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

certas. Continuando, disse ainda concordar com a devolução do imposto bem como com a fixação da taxa de derrama, porque é um incentivo à economia local. -----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que a opinião do senhor deputado Mário Cruz, só a compreende, porque ele nos mandatos anteriores, faltou tantas vezes, que nem sempre terá conseguido fazer o acompanhamento. Se houve pessoa, que defendeu durante anos nesta Assembleia a devolução do IRS, foi ele próprio, bem como a atualização do IMI, nunca tendo tido o apoio dos executivos da altura. Continuou dizendo que é verdade que, no primeiro ano do mandato, depois das explicações que o executivo deu, porque não tinha a noção das contas, ele assumiu, mas nunca defendeu. Nunca defendeu, que não se pudesse devolver IRS. Disse ainda que, o que continuo a dizer, é que as contas certas da Câmara de Porto de Mós, e dando de barato, aquilo que o vosso mentor, disse desde o primeiro ano, há muito tempo que as contas do município estão certas. Será que agora também não estão certas, quando vocês de abstiveram no IMI, perguntou. Se calhar também não estão certas, disse.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**5. Fixação da Taxa de Derrama a cobrar no ano de 2021:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra dizendo que antes de entrar na apresentação do presente ponto da ordem de trabalhos, queria deixar uma nota ainda referente ao ponto anterior e em resposta aos deputados que intervieram e a que ele não teve oportunidade de responder. Começou por dizer que no primeiro ano propuseram 0,5%, no que toca à devolução do IRS. Este valor não foi aprovado, tendo sido aprovado sim, 0,125%, e portanto, a ideia que tem, é que aquilo contra o que o PSD votou, foi contra os 0,125% e a favor de 0,5%, e no ano seguinte foi proposto 1%. Quanto à taxa de derrama, disse que foi entendimento do executivo, dar um sinal às cerca de 660 empresas do concelho que têm um volume de negócios igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros, que é o grosso das pequenas empresas e que são parte importante da sustentabilidade e dinâmica económica do concelho e são aquelas também, que efetivamente mais sofreram com a crise e também as que nestes últimos meses foram geradoras de algum desemprego. Para além dos outros benefícios, este executivo entendeu, por unanimidade que se deviam isentar de derrama as empresas, com um volume de negócios igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros, passando a apresentar a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 3 de setembro, e que a seguir se transcreve:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----“Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, doravante RFALEI), alterado pela Lei 51/2018, de 03 de setembro, na sua alínea c) do Artigo 14.º, consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais.-----

-----O Artigo 18.º do RFALEI define os termos do lançamento da derrama, de que se destaca:--

-----a) Que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;-----

-----b) Que a deliberação a que se refere a alínea anterior deve ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária até ao dia 31 de Dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado, sob pena de não haver lugar à cobrança;-----

-----Considerando que:-----

-----Nos termos do n.º 4 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação os municípios podem deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse no ano anterior 150.000,00€.-----

-----A necessidade de dotar o Município dos recursos financeiros necessários de modo a dar continuidade a investimentos que de forma sustentável façam melhorar a qualidade vida das populações e a coesão territorial, dentro do Município, sem por em causa a competitividade territorial regional das empresas. -----

-----A necessidade de dotar o Município dos recursos necessários para fazer face à execução das diversas obras financiadas ao abrigo “Portugal 2020”, na parte não financiada, nomeadamente a “Ampliação da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós” e a “Central termoelétrica de Porto de Mós”, que pretendem, que aos diversos níveis, sejam espaços de excelência, além de outros investimentos estruturantes nos domínios do saneamento, rede viária, cultura, desporto, turismo entre outros.-----

-----As dificuldades que tem vindo atravessar a micro e pequenas empresas, muitas delas de índole familiar, mas que na totalidade geram muitos postos de trabalho e de valor acrescentado para o concelho, a que o Município não pode ser alheio ao esforço destas entidades, pelo que pretende isentar para o exercício de 2020 as entidades com um volume de negócios inferior a 150.000,00 €.-----

-----Tendo em conta o atrás aduzido proponho:-----

-----Em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do Artigo 33.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do n.º 1 do Artigo 18.º do RFALEI, delibere a Câmara Municipal propor à Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal a aprovação do lançamento de uma derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) relativo ao ano de 2020, que corresponde à proporção do rendimento gerado na área do Município de Porto de Mós, por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, para reforço da capacidade financeira do Município nas seguintes taxas:-----

-----a) – Taxa Normal: 1,30 %, a incidir sobre os lucros das Pessoas Coletivas com um volume de negócios superior a 150.000,00€;-----

-----b) – Isenção: para Pessoas Coletivas com um volume de negócios igual ou inferior a 150.000,00€.-----

-----Por fim, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usou da palavra dizendo querer colocar uma questão ao senhor Presidente, perguntando quanto às novas empresas que se quiserem instalar no concelho de Porto de Mós se perdem a isenção da derrama. Quanto ao resto e em tudo que tenha a ver com o acolhimento do executivo às empresas do concelho, estará sempre a sua bancada com abertura para discutir e aprovar, acrescentando ainda o facto de haver capacidade financeira para se prestarem ainda mais benefícios às empresas que estiverem dispostas a instalarem-se no concelho e criarem mais postos de trabalho.-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu a ajuda do Chefe de Divisão para responder, dado que é um problema que se prende com uma condicionante legal, tendo este passado a esclarecer que existe uma imposição legal que tem a ver com a obrigatoriedade de criação, relativamente às empresas que viessem a fixar-se no concelho, de 3 ou mais postos de trabalho, pois caso contrário, torna-se inócuo, do ponto de vista da Autoridade Tributária que não o executa. -----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Referiu, que também tinha esta dúvida. Se até aqui havia isenção para as empresas novas que se instalavam, a partir de 150 000 euros podiam perder aqui um benefício. Portanto será bom que se analise esta situação de forma a poder conceder-lhe esta vantagem, principalmente para as empresas novas que se instalem. Em relação a todos estes pontos dos impostos que tem vindo a ser falados tudo isto vem de encontro à estratégia do município que é criar incentivos e interesses para que as pessoas e as empresas se fixem no concelho.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fixação da Taxa de Derrama a cobrar no ano de 2021: – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**-----

-----**6. Fixação da TMDP – Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem, para o ano de 2021:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para apresentar a proposta que foi submetida a aprovação em reunião de Câmara de 03.09.2020, e que seguidamente se transcreve:-----

-----"Considerando que:-----

-----1) A taxa Municipal de direitos de passagem, doravante abreviada por TMDP, cuja fixação decorre o artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 92/2017, de 31 de julho, é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do concelho;-----

-----2) O referido percentual da TMDT é aprovado anualmente e fixado pelos órgãos do Município, não podendo ultrapassar 0,25%;-----

-----3) A responsabilidade pelo pagamento da TMDP é das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, não podendo ser refletida nas faturas dos consumidores, conforme determina o artigo 85º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro (OE 2017), mantendo-se inalterado nesta matéria até à atualidade;-----

-----4) De acordo com a lei, compete à Assembleia Municipal estabelecer e fixar os quantitativos das taxas municipais, devendo a Câmara Municipal apresentar as suas Propostas.-----

-----Tendo em conta o atrás referenciado, proponho:-----

-----Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do Artigo 33.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibere a Câmara Municipal:-----

-----a) Solicitar à Assembleia Municipal a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o próximo ano de 2021, que corresponde á mesma taxa fixada em anos anteriores;-----

-----b) Solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Fixação da TMDP – Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem, para o ano de 2021** – posto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**-----

-----**7. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara apresentou a informação, para conhecimento da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve, mostrando-se disponível para qualquer esclarecimento adicional:-----

-----"A Lei n.º8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sua reunião ordinária realizada a 06-12-2019, conceder autorização prévia à Câmara Municipal, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e nas situações prevista no parágrafo anterior.-----

-----Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 16 de janeiro de 2020 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.--

-----Face ao exposto, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2020, remete-se abaixo um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 28-05-2020 a 31-08-2020.-----

Data	Designação	Montante		
		2020	Anos Seguintes	Total

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

28-05-2020	Responsabilidade Técnica pela Exploração das Instalações Elétricas de Média Tensão e Baixa Tensão Especial, Manutenção Preventiva das Instalações Elétricas de Média e Baixa Tensão Especial e Manutenção UPS	5.726,39€	4.581,01€	10.307,40€
22-06-2020	Fornecimento de Refeições Escolares a alunos ano letivo 2020/2021- Associação Amparo Familiar Mira de Aire	28.769,32€	50.346,32€	79.115,64€
22-06-2020	Fornecimento de Refeições Escolares a alunos ano letivo 2020/2021- Casa do Povo Calvaria de Cima	27.352,52€	47.866,92€	75.219,44€
22-06-2020	Fornecimento de Refeições Escolares a alunos ano letivo 2020/2021- Associação Desportiva Portomosense	88.785,86€	155.375,26€	244.161,12€
22-06-2020	Fornecimento de Refeições Escolares a alunos ano letivo 2020/2021- CASSAC	29.155,05€	51.021,35€	80.176,40€
22-06-2020	Ação Social Escolar Prolongamentos ano letivo 2020/2021- Associação Desportiva Portomosense	10.320,00€	18.060,00€	28.380,00
22-06-2020	Ação Social Escolar Prolongamentos ano letivo 2020/2021- Casa do Povo Calvaria de Cima	9.360,00€	16.380,00€	25.740,00€
22-06-2020	Ação Social Escolar Prolongamentos ano letivo 2020/2021- Associação de Apoio Infantil de Pedreiras	14.160,00€	24.780,00€	38.940,00€
22-06-2020	Transportes Escolares Ano Letivo 2020/2021 – Agrupamento de Escolas de Porto de Mós	1.200,00€	2.100,00€	3.300,00€
22-06-2020	Transportes Escolares Ano Letivo 2020/2021 – Centro Cultural R. Alqueidão da Serra	4.355,00€	7.020,00€	11.375,00€
22-06-2020	Transportes Escolares Ano Letivo 2020/2021 – Clube Desportivo S. Bento	6.030,00€	9.720,00€	15.750,00€
23-06-2020	Atividades de Enriquecimento Curricular Ano Letivo 2020/2021 – Associação Tempos Brilhantes	40.039,00€	74.180,00€	114.219,00€
13-07-2020	Prestação de Serviços – Seguros 2020/2021	55.933,68€	36.873,16€	92.806,84€
17-07-2020	Fornecimento de Refeições Escolares a alunos ano letivo 2020/2021- Centro Paroquial do Juncal	22.385,80€	38.150,60€	60.536,40€
17-07-2020	Ação Social Escolar Prolongamentos ano letivo 2020/2021- Centro Paroquial do	3.840,00€	6.720,00€	10.560,00€

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

	Juncal			
25-08-2020	Transportes Escolares- Ano Letivo 2020/2021 – Sónia Catarina J. da Silva Paulo	3.748,16€	6.338,80€	10.086,96€
31-08-2020	Abastecimento de água a S. Bento – Conclusão (Fontainhas e Pia Carneira)	105.000,00 €	73.940,15€	178.940,15€

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Pedi a palavra para dizer que a ADP sempre foi ajudada pela Câmara, e analisando o documento supra, verifica que só a ADP recebe quase trezentos mil euros enquanto as outras instituições do concelho recebem quase metade.-----

-----O senhor Presidente respondeu dizendo que agradece que leia bem o documento apresentado. A ADP não está a ser ajudada e este executivo fez uma coisa que nunca se tinha feito, tendo posto as refeições escolares todas ao mesmo preço. A ADP, se recebe mais, é porque fornece mais. O fornecimento das refeições às crianças de Porto de Mós, de Pedreiras, de Casais Garridos, da Cumeira e da Fonte do Oleiro, são fornecidos pela ADP como já o eram anteriormente, não tendo sido alterado rigorosamente nada, e portanto fica-lhe mal, estar a dizer que o município de Porto de Mós está a dar à ADP o que não dá aos outros. O executivo de Porto de Mós levará sempre a reunião e Câmara e à Assembleia Municipal, todos os apoios que dá às instituições, em função da prática desportiva ou das iniciativas que têm. Este caso em concreto não tem nada a ver com apoios, mas sim com uma prestação de serviços que a Câmara paga.-----

-----**8. Eleição de um representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal do Desporto, nos termos da alínea g), do nº 1 do artigo 5º do respetivo Regulamento:**-----

-----O senhor Deputado municipal **José Gabriel Pires Vala** pediu à mesa a alteração da forma de votação de nominal para votação por lista, que a pôs à consideração do plenário. A proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----Foi apresentada uma lista conjunta do Partido Social Democrata, Partido Socialista, e Movimento AJSIM, do seguinte teor, a que foi atribuída a designação de **lista A**:-----

-----"Os Grupos Municipais do Partido Social Democrata, Partido Socialista e Albino Januário – Servir o Interesse Municipal, vêm apresentar a sufrágio o representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal do Desporto, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 5º do Regulamento, o deputado:-----

-----**Júlio João Carreira Vieira**-----

-----Porto de Mós, 2020.09.25.-----

-----Os Líderes dos Grupos Municipais," (assinaturas)-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Distribuídos que foram os boletins de voto, procedeu-se à votação por escrutínio secreto da lista apresentada, tendo sido eleita, **com vinte e nove votos a favor, a lista única apresentada à mesa e designada por "Lista A", composta pelo seguinte elemento: Júlio João Carreira Vieira (PSD).**-----

-----**9. Eleição de um Presidente de Junta para representar as Juntas de Freguesia do Concelho, no Conselho Municipal do Desporto, nos termos da alínea h), do nº 1 do artigo 5º do respetivo Regulamento:**-----

-----Foi apresentada uma lista conjunta do Partido Social Democrata, Partido Socialista, e Movimento AJSIM, do seguinte teor, a que foi atribuída a designação de **lista A:**-----

-----"*Relativamente à eleição de um Presidente de Junta para representar as Juntas de Freguesia no Conselho Municipal do Desporto, apresentamos a votação o senhor Presidente da Junta Jorge Paulo Costa Carvalho, para representante dos senhores Presidentes de Junta.*-----

-----*Porto de Mós, 2020.09.25.*-----

-----*Os Líderes dos Grupos Municipais,"* (assinaturas)-----

-----Distribuídos que foram os boletins de voto, procedeu-se à votação por escrutínio secreto da lista apresentada, tendo sido **eleito por escrutínio secreto Jorge Paulo Costa Carvalho** (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga), **com vinte e oito votos e um voto em branco.**-----

-----**10. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que estava disponível para responder às questões que entendessem colocar-lhe, dispensando-se de fazer mais comentários sobre o mesmo, face ao documento que foi oportunamente distribuído por todos os membros desta Assembleia.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que apenas queria que o senhor Presidente da Câmara respondesse a uma pergunta que não foi respondida no período de antes da ordem do dia, e que tinha a ver com a ligação de Covão da Fonte à rede pública.-----

-----**Maria Goreti Fino Domingues (PSD):**-----

-----Começou por cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa, todos os presentes. Assim, disse, fazendo parte desta Assembleia e como profissional da

709

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

educação, queria aqui expressar a sua gratidão pelo reconhecimento do mérito escolar aos alunos do nosso concelho. É certo que se tivesse decorrido no Festival Viver teria outro impacto mormente para os alunos e seus familiares, mas felicita aqui o executivo por, apesar da situação de pandemia que se está a viver tenha realizado esta simples cerimónia mas repleta de significado, pois quando este reconhecimento parte do poder local é de louvar, e traduz na sua perspectiva o interesse e a proximidade que este executivo tem tido e a disponibilidade que tem demonstrado com a comunidade educativa. Por isso deixa aqui o seu sincero agradecimento, sem deixar de fazer um pedido, que essa proximidade se mantenha e que não deixe de apoiar todos os agentes educativos, num ano que se afigura muito complicado. Em relação aos problemas da saúde, disse que queria aqui deixar a sua indignação, não podendo entender que um médico não possa atender um utente no seu consultório, quando ela tem de trabalhar todos os dias com 28 alunos, dentro de uma sala de aula. Disse ainda que depois de ouvir a intervenção do senhor deputado do AJSIM, corroborado pelo senhor deputado do P.S. ficou um bocadinho preocupada, mas chegando ao fim, e com tanta unanimidade, disse que vai feliz para casa porque afinal as pessoas interessam, e muito, e cada vez mais.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Disse que gostaria de fazer dois pontos de situação. Relativamente à ALE, perguntou qual a situação do parecer do Tribunal de Contas, relativamente ao empréstimo que foi aqui aprovado, e o estado do estudo de impacto ambiental. Também, quanto ao saneamento básico de Cruz da Légua, qual o ponto de situação.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, disse que em primeiro lugar queria dizer, aos senhores Presidentes de Junta de Arrimal/Mendiga, S. Bento e Alqueidão da Serra, que o problema que foi aqui abordado quanto às questões de saúde, é um problema nacional que o PSD já abordou diversas vezes na Assembleia da Republica. Já questionou várias vezes, quer por escrito, quer presencialmente, a senhora Ministra. A senhora Ministra diz que é a DGS que decide, a DGS diz que é o Governo que decide, andando a empurrar o assunto de uns para os outros. Mas o facto é que há falta de médicos e as pessoas não são atendidas como deveriam ser, porque na rua não é forma de atendimento, e esse é um problema transversal ao país inteiro. Da sua parte, disse, está disponível para questionar o Governo, na Assembleia da Republica, sobre os problemas de saúde que existem no concelho. Posto isto, disse querer dizer o seguinte: "*Quero dizer-lhe senhor Presidente, que o senhor já colocou Porto de Mós no mapa, e colocou quando fez uma aposta clara na cultura, no turismo e nas pessoas. Sim, porque para o PSD, a dignidade da pessoa humana é o centro da atividade política e é basilar para qualquer sociedade desenvolvida, coisa que não é do governo socialista, que governa um país sempre a pensar nos votos e governou no passado*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta Câmara com o mesmo pensamento. Hoje estamos no terceiro ano de mandato, no quarto ano, será efetivamente tempo de balanço. Balanço a fazer aqui, pelos senhores deputados da Assembleia Municipal e balanço, sobretudo, a fazer pelos portomosenses. Esse sim, será importantíssimo. Depois, os senhores deputados, líderes da oposição em jeito de banda concertada, lançaram um rol de obras não realizadas. Ora isso demonstra o nervosismo da oposição, que está cada vez mais patente. Mas não vou reavivar a memória do que não foi feito nos 12 anos liderados pelo Partido Socialista, que foi muito, e que agora já está a ser feito. Exemplifico só a falta de saneamento, quer não foi feita, ou a requalificação das condutas de água, que não foi feita, e que está agora a ser realizada. Mas também tenho de chamar a atenção aos senhores deputados, que devem ler a informação que vos foi enviada, em particular as páginas 17 a 23. Não vou aqui elencar aqui todas as obras que estão aí enumeradas, ou concluídas, ou em projeto, ou para concurso. Foco apenas, no turismo e cultura, este é o desígnio do nosso concelho. Referencio diversos arranjos paisagísticos, pavimentação de ruas, requalificação da extensão de saúde de Mira de Aire e de Pedreiras em projeto, reparação do jardim-de-infância de S. Jorge, na escola de Serro Ventoso, ampliação da rede de abastecimento de água, requalificação das centrais e depósitos de Mira de Aire, pedreiras e Alcaria, abastecimento de água a S. Bento, reforço de apoio a associações e freguesias, forte aposta no apoio social, e esta é uma bandeira social-democrata. Não se vê, é certo, mas sente-se. Cada pessoa, cada portomosense, sente de maneira diferente com este Presidente de Câmara, porque sente que há uma aposta clara nas pessoas e nas suas vidas. O projeto Incubamós, a organização dos espaços urbanos, o saneamento básico em Alqueidão da Serra, o saneamento básico, em projeto ou a concurso na Moitalina/Cruz da Léguas/Cumeira, a requalificação da rede de condutas, a rede cultural 1385, envolvendo os três concelhos, o que nunca aconteceu no passado, o plano estratégico turismo sustentável 2030, bolsas de estudo, a devolução do IRS aos portomosenses. Os custos, com a contingência Covid, porque isso custa muito dinheiro à Câmara. E poderia estar aqui muito mais tempo a elencar outras obras, mas fico por aqui, sem deixar de referir que Porto de Mós está no mapa, pelas melhores razões. Os muros de pedra são a prova disso, bem como o que já referiu sobre o aumento exponencial das entradas no Castelo. Isto é a prova do aumento de turistas no nosso concelho, é a prova de reconhecimento do trabalho feito e da divulgação para que isso possa acontecer. Dou também aqui um voto de louvor, reitero as palavras de Goreti Domingues, aos alunos, porque a educação, sem dúvida é a arma mais poderosa do mundo. Sem educação, não há uma sociedade desenvolvida, sem educação não há pessoas com um futuro de sucesso. Roma e Pavia, não se fizeram num dia. Em 2021, estaremos cá todos para fazer o balanço. A oposição para fazer o seu balanço, à sua maneira, o PSD para fazer o seu balanço, objetivamente, mas aquele que terá valor real, e que será concreto e objetivo, esse é o balanço que os portomosenses, hão de fazer ao trabalho deste executivo. Obrigada."-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder a Samuel Costa, dizendo que efetivamente tinha sido avaliada essa questão da ligação dos depósitos, mas não existe caudal. Não existe capacidade para se poder fazer essa ligação e será feita quando for feito o reforço de rede para o abastecimento de água ao Casal de Santo Antonio.-----

-----Sobre as questões, que a senhora deputada Goreti Domingues colocou, disse que já comentou. Quanto à questão da ALE, do saneamento da Cumeira e do empréstimo, disse que elas estão associadas. Relativamente ao empréstimo aguarda-se o visto do Tribunal de Contas, fundamental para que se possa avançar com tudo o resto. Como já aqui disse mais do que uma vez, a situação da ALE está dependente do estudo de impacto ambiental. Foi feita uma alteração ao projeto, que entretanto há de ir a reunião de Câmara, logo que este seja recebido, com o parecer favorável da APA, porque fomos obrigados a fazer uma alteração para renaturalização da ribeira de Pedreiras. Se não fosse assim, a avaliação de impacto ambiental não seria aprovada e não se poderia avançar para o financiamento. Quanto ao saneamento básico da Cumeira, disse que ainda se aguarda parecer, estando a ser avaliado pelas Aguas do Centro Litoral e pelas Estradas de Portugal porque se quer formalizar o compromisso da pavimentação logo a seguir, por esta entidade. Como é sabido, esta obra de pavimentação, terminou no limite do concelho de Alcobaça, tendo sido interrompida a nosso pedido, precisamente por causa desta obra que iria avançar, esperando que agora as estradas de Portugal, digam que vai assumir esse compromisso. A Olga Silvestre, agradeceu as palavras e dizendo que de facto a saúde é um problema nacional. Terminou, deixando aqui, uma vez mais, um apelo. Disse, que "nós entrámos para aqui hoje, com seis casos positivos no concelho. Vamos sair daqui com dez". Queria, que vocês fossem os transmissores do passa a palavra, da importância que tem, as pessoas se protegerem e se cuidarem. Volto a dizer, este não é tempo de se fazerem festas em família, não é tempo de se fazerem aniversários, casamentos e batizados, com 20, 30, ou 100 pessoas, mesmo que sejam da nossa família. Este é um dos problemas complicados que nós temos, e as cadeias de transmissão tornam-se involuntariamente grandes e com muita dificuldade de ser estabelecidas as devidas e necessárias redes de contactos." Deixou assim o apelo para que os deputados municipais possam ajudar a passar esta mensagem junto da comunidade. -----

-----MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, 4, 5 e 6 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 horas do dia 26 de setembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----
